



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A ligação segurança-desenvolvimento na agenda global para o desenvolvimento pós-2015

Carolina Alves Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Estudos de Desenvolvimento, Diversidades Locais, Desafios Mundiais

Orientador(a):

Doutora Raquel Maria Martins de Freitas, Investigadora do CIES ISCTE-IUL, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Outubro, 2014

A ligação segurança-desenvolvimento na agenda global para o desenvolvimento pós-2015



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A ligação segurança-desenvolvimento na agenda global para o desenvolvimento pós-2015

Carolina Alves Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Estudos de Desenvolvimento, Diversidades Locais, Desafios Mundiais

Orientador(a):

Doutora Raquel Maria Martins de Freitas, Investigadora do CIES ISCTE-IUL, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Outubro, 2014

Outubro, 2014



A ligação segurança-desenvolvimento na agenda global para o desenvolvimento pós-2015

Carolina Alves Pereira

Agradecimentos

É com orgulho e muito carinho que quero agradecer a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, se envolveram neste meu desafiante percurso, incentivando-me a querer fazer sempre melhor. Todos desempenharam um papel fundamental no meu crescimento enquanto estudante e enquanto pessoa, porém não posso deixar de agradecer particularmente

À minha orientadora, Doutora Raquel Freitas, por todo o trabalho, ajuda, atenção e disponibilidade,

Aos meus pais e restante família, pelo apoio e compreensão incondicionais em todos os momentos,

Aos meus amigos, pela paciência infindável perante as ausências que se tornaram habituais em prol do trabalho que agora concluo,

Aos meus professores e colegas de Mestrado que contribuíram para a aprendizagem comum sobre um tema tão complexo e interessante como é o do Desenvolvimento.

Resumo

Os marcantes acontecimentos internacionais da década de 90 (multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, alterações na geopolítica mundial fruto do fim da Guerra Fria e novas abordagens ao conceito de segurança), projetaram a discussão acerca da ligação entre a segurança e o desenvolvimento.

Tão sensível quanto controversa, a discussão parece longe de reunir consenso – mesmo entre os mais otimistas - principalmente devido aos constrangimentos que mais a afetam, nomeadamente de ordem política e de natureza técnica.

Esta dificuldade estende-se, como seria expectável, ao debate global sobre a construção da agenda para o desenvolvimento pós-2015, baseada no trabalho feito com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). A forma de abordar a própria ligação, a forma de a enquadrar na agenda, a importância da avaliação de resultados ou a necessidade de criar sistemas de monitorização e recolha de dados viáveis encerram algumas das principais preocupações manifestadas pelos intervenientes no processo pós-2015, especialmente por envolverem questões sensíveis como a manutenção de interesses, a apropriação das políticas de desenvolvimento pelos beneficiários, a confiança nas políticas globais para o desenvolvimento, entre outras. Os constrangimentos e oportunidades resultantes acabam por influenciar exponencialmente a tomada de decisão sobre a manutenção (ou não) do tema na futura agenda global.

Palavras-chave: desenvolvimento; segurança; ligação segurança-desenvolvimento; agenda global para o desenvolvimento pós-2015.

Abstract

The important changes to the international order in the 90's (such as the end of the Cold War and its consequences, as well as the new approaches to the concept of development and to the concept of security), has promoted the discussion about de development-security nexus.

The discussion is very sensitive and there is little consensus, even among those that are more optimistic, mainly due to the political and technical constraints affecting it.

Therefore, the dilemma influences the global debate on the post-2015 development process. Key questions such as the approach to development-security nexus, how to frame the issue in the agenda, the role of the evaluation process or the importance of monitoring systems and data collection resources are among the policymakers on the post-2015 development agenda main concerns. These questions entail an important balance of power, the development policies ownership discussion, the trust on political decisions at the global level, and so on, which constraints and opportunities highly affect the decision of including (or not) the development-security nexus in the post-2015 global development agenda.

Key-words: development; security; security-development nexus; post-2015 global agenda for development.

Índice

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract	vi
Índice.....	vii
Glossário de Siglas	ix
Introdução:	1
Capítulo I: Revisão da Literatura e Enquadramento Teórico	5
Revisão da Literatura.....	5
Teorias do Desenvolvimento.....	6
Teorias de Segurança.....	8
Ligação segurança-desenvolvimento.....	13
Capítulo II: Modelo de Análise e Metodologia.....	23
Modelo de Análise	24
Metodologia	26
Propostas sobre o futuro da ligação segurança-desenvolvimento no período pós-2015: G7+ e Declaração de Genebra.....	29
Capítulo III: Segurança e desenvolvimento na agenda global pós-2015.....	31
A agenda pós-2015 para o desenvolvimento global.....	32
Contextualização	32
O trabalho do Painel de Alto Nível	34
Capítulo IV: A análise da ligação segurança-desenvolvimento nos debates sobre os ODS	39
Análise sistemática do material empírico.....	39
Conclusão	45
Fontes e Bibliografia	49
Anexos.....	59
Anexo A: Análise Sistemática do conteúdo das unidades de análise.....	59
Anexo B: Citações justificativas da análise sistemática do conteúdo das unidades de análise	59

Índice de Quadros

<i>Quadro 1: Modelo de Análise (autoria da própria) – 1º quadro do Capítulo II</i>	<i>26</i>
<i>Quadro 2: Material empírico referente às unidades de análise – 2º quadro do Capítulo II</i>	<i>28</i>
<i>Quadro 3: Unidades de análise (autoria da própria) – 1º quadro dos Anexos.</i>	<i>59</i>
<i>Quadro 4: Citações referentes à análise sistemática do conteúdo das unidades de análise.</i>	<i>72</i>

Glossário de Siglas

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

CA – Comprehensive Approaches

CAD – Comité de Apoio ao Desenvolvimento

DDR – Desmobilização, Desarmamento e Reintegração

IDPS – International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding

INCAF – International Network on Conflict and Fragility

NATO – North Atlantic Treaty Organization

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIs – Organizações Internacionais

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OWG – Open Working Group

PAN - Painel de Alto Nível para a Agenda do Desenvolvimento pós-2015

PBSO – Peacebuilding Support Office

PC – Peacebuilding Commission

PED – Países em Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSG – Peacebuilding and Statebuilding Goals

A ligação segurança-desenvolvimento na agenda global para o desenvolvimento pós-2015

QUNO – Quaker UN Office

RSS – Reestruturação do Sistema de Segurança

SGNU – Secretário-geral das Nações Unidas

UE – União Europeia

UNDESA – United Nations Department for Economic and Social Affairs

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime

Introdução:

A partir dos anos 90, a multidimensionalidade que passou a caracterizar o conceito de desenvolvimento, aliada a alterações na geopolítica mundial aquando do fim da Guerra Fria e a importantes mudanças na abordagem ao próprio conceito, a segurança passou a ter lugar na discussão sobre o tema. A segurança deixou de ser associada somente a questões militares ou de competência exclusivamente estatal, para dizer respeito a um campo de análise muito mais abrangente, nomeadamente preocupando-se com o tema dos Direitos Humanos. As condições de vida das populações e respetivas liberdades e direitos passaram a destacar-se enquanto pressupostos fundamentais para o desenvolvimento pleno das sociedades, considerando-se os elementos de insegurança como obstáculos àquela condição (Fukuda-Parr, 2003).

Porém, e apesar de ser até bastante debatido, o tema da segurança tende a evidenciar um papel muito pouco consistente nas discussões internacionais sobre desenvolvimento. Ao longo da literatura foi possível constatar que existe, de facto, lugar para debater sobre segurança e respetivas consequências para o desenvolvimento, sobressaindo a dualidade segurança/insegurança à qual correspondem, respetivamente, as dimensões prevenção/reação conforme a abordagem privilegiada no discurso. Torna-se evidente o contraponto constante entre segurança enquanto ausência de ameaças (como os conflitos e a violência, por exemplo) ao bem-estar coletivo com base na prevenção face à probabilidade de ocorrência dessas mesmas ameaças, e insegurança como a existência das referidas ameaças, à qual se associa uma dimensão reativa, isto é, assente na atuação sobre os fatores de insegurança² ((Fukuda-Parr, 2007); (Denney, 2013b)).

Tal está patente no trabalho de autores como Ann M. Fitz-Gerald (2004), Sakiko Fukuda-Parr (2007), Maria Stern e Joakim Öjendal (2010), Erin McCandless e Tony Karbo (2011), ou Lisa Denney ((2013a); (2013b)). Esta relação também é estabelecida através do trabalho de agências da Organização das Nações Unidas (ONU), nomeadamente dos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ((1994); (2010); (2013)), ou da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ((2009); (2012a); (2012b)), a partir do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) e do International Network on Conflict and Fragility (INCAF). Também as *Comprehensive Approaches* da União

² Cnf. Pp. 14-16, Ligação Segurança-Desenvolvimento - *Conceitos de segurança e insegurança*, Capítulo I.

Europeia (UE) e da North Atlantic Treaty Organization (NATO) procuram estabelecer uma correlação entre a realidade da segurança e do desenvolvimento através de uma interação mais estreita entre os Estados-membros com vista a combater situações de insegurança que possam pôr em causa projetos de desenvolvimento, bem como através da operacionalização dos princípios de Reestruturação dos Sistemas de Segurança (RSS), de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR) ou das Missões Integradas ((European Commission, 2013); (NATO, s.d.)).

Aproximando-se a passos largos a data estabelecida para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) – 2015 – multiplicam-se os debates sobre aquilo que deverá ser incluído num posterior conjunto de novas metas e objetivos. É fundamental refletir no trabalho feito com os ODM, utilizando-o como ponto de partida para a criação de uma nova agenda orientadora da política internacional para o desenvolvimento. Esta deveria conseguir conjugar um caráter mais atualizado, mais flexível e assertivo, com um caráter de continuidade refletindo a aprendizagem retirada do trabalho com os ODM (Aryeetei, et al., 2012).

Assim sendo, a comunidade internacional (Organizações Internacionais (OIs) e Organizações - não governamentais (ONGs)), corpo académico, sociedade civil (a participação dos cidadãos é cada vez mais estimulada, nomeadamente através do incentivo à participação em plataformas online, como a *My World* - <http://vote.myworld2015.org/>, ou a *World We Want* - <http://www.worldwewant2015.org/>) e governos nacionais, tem-se debruçado sobre o futuro das políticas internacionais para o desenvolvimento. A responsabilidade de elaborar uma proposta de agenda para o período pós-2015 foi depositada num Painel de Alto Nível para a Agenda do Desenvolvimento pós-2015 (PAN), nomeado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em Julho de 2012. Do seu trabalho resultou já um relatório – *A New Global Partnership: Eradicate Poverty and Transform Economies Through Sustainable Development* (UN, 2013) - onde predominam sobretudo preocupações relativamente aos assuntos a abordar ante a necessidade de não se repetirem os erros do passado. Constan igualmente propostas de indicadores, que são associados a cada objetivo com o propósito de os reforçar (UN, 2013).

O supracitado relatório inspirou o trabalho do Open Working Group (OWG), um grupo de trabalho escolhido na Assembleia Geral das Nações Unidas (na Cimeira Rio+20) em Janeiro de 2013 e constituído por cerca de 30 membros (representantes da sociedade civil,

comunidade científica e das próprias NU). A sua principal função é criar propostas de potenciais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que eventualmente sucederão aos ODM. Ao fim de 13 sessões, em Julho do ano corrente, o OWG lançou um documento onde plasma 17 objetivos e respetivos indicadores que possam vir a constituir os ODS. Entre eles, o 16º objetivo (“Promote peaceful and inclusive societies for sustainable development, provide access to justice for all and build effective, accountable and inclusive institutions at all levels” (OWG, 2014b)) engloba a temática da paz, a importância da reconstrução pós-conflito e chama a atenção para as consequências negativas dos fatores de insegurança no desenvolvimento dos Estados (OWG, 2014b).

Ainda assim, a área da segurança e a área do desenvolvimento continuam com dificuldades de ligação, especialmente no contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento. A abordagem às questões de segurança acaba fortemente condicionada por dimensões políticas e por questões técnicas pelo que, ainda que figure nos debates, a eventual presença formal do tema na agenda global para o desenvolvimento permanece incerta ((Blunt, et al., 2011); (Attree, 2013)).

A presente dissertação pretenderá, por isso, analisar a relação entre as variáveis segurança e desenvolvimento no contexto da cooperação internacional, de modo a perceber as dimensões que condicionam essa relação. Foram observadas várias perspetivas associadas à questão - entre críticos e otimistas - que ajudaram a remeter para constrangimentos políticos e técnicos associados à manutenção de questões de segurança na agenda do desenvolvimento. É a partir deles que este trabalho se propõe a refletir acerca da discussão existente sobre a inclusão/exclusão de um indicador ou objetivo concreto de segurança na agenda global para o desenvolvimento. A investigação debruçou-se mais concretamente sobre a discussão que se vem desenrolando sobre o período pós-2015, quando expirar o prazo estabelecido para os ODM, e sobre aquela que poderá ser a nova agenda para o desenvolvimento a nível global.

Assim, subordinado ao tema “*A ligação segurança-desenvolvimento na agenda global para o desenvolvimento pós-2015*”, o presente trabalho procura responder à seguinte questão de partida: de que forma as dimensões de ordem política e de ordem técnica influenciam a inclusão/exclusão das políticas de segurança da agenda global para o desenvolvimento? Para o aferir, procede-se à análise dos debates sobre o tema a nível macro, no contexto da 8ª sessão de trabalho do OWG, onde um dos pontos da ordem de trabalhos envolveu concretamente a

prevenção de conflitos, a reconstrução pós-conflito e a promoção de paz duradoura, a par das questões da governança e dos princípios do Estado de direito. Durante a investigação exploratória, a perspetiva conferida pelos debates a nível meso (representados pelo New Deal e pela Declaração de Genebra) revelou-se pertinente à reflexão final fruto da análise empírica, servindo-lhe de complemento.

No Capítulo I revisitam-se os debates sobre a segurança e o desenvolvimento através da exposição das teorias subjacentes à evolução histórica dos conceitos, o que possibilita contextualizar a dualidade segurança/insegurança inerente à ligação entre eles bem como caracterizar as dimensões políticas e técnicas identificáveis nos debates e que funcionam como uma condicionante à inclusão ou à exclusão dos tópicos da segurança num objetivo ou indicador concreto da agenda global para o desenvolvimento.

No Capítulo II é construído o Modelo de Análise e explicada a metodologia seguida para estruturar a dissertação. É apresentada a pergunta de partida resultante da problemática, bem como as categorias que a operacionalizam e as linhas de orientação da análise a aferir posteriormente nas conclusões.

No final do capítulo são apresentados dois casos práticos que funcionam como complemento à análise exploratória, oferecendo a perspetiva das discussões existentes ao nível meso sobre a ligação em análise. Contribuem também para as conclusões finais, na medida em que permitem um exercício de comparação interessante relativamente à influência da dimensão política e da dimensão técnica nos dois níveis de análise – macro e meso.

No Capítulo III é sintetizado o processo pós-2015, destacando-se o trabalho do PAN, de forma a perceber o enquadramento da ligação em análise na futura agenda global para o desenvolvimento. Esta contextualização baseará a análise empírica que terá lugar no capítulo seguinte.

No Capítulo IV é então apresentado o material empírico com base numa análise sistemática de nove documentos referentes ao ponto 3 (“Conflict prevention, post-conflict peace-building and promotion of durable peace, rule of law and governance”) da ordem de trabalhos da 8ª sessão de discussão do OWG sobre os ODS.

Finalmente, o Capítulo V é constituído pelas conclusões, onde figura a resposta concreta à questão de partida. Até aqui desenrolou-se uma reflexão sobre a responsabilidade dos

elementos políticos e técnicos na controvérsia subjacente à associação entre segurança e desenvolvimento. Em resultado, espera-se concluir sobre os moldes em que poderá considerar-se – ou não - a eventual introdução de um objetivo ou indicador concreto ligado aos fatores de insegurança na nova agenda para o desenvolvimento do período pós-2015 e, assim, conferir um contributo útil a posteriores considerações sobre o tema.

Discutir a ligação segurança-desenvolvimento no contexto da construção da nova agenda global para o período pós-2015 demonstrou-se um exercício simultaneamente ambicioso e delicado, exigindo uma tomada de decisão comedida. A partir da análise desenvolvida, pôde perceber-se que esta pende maioritariamente para uma atitude cautelosa e preventiva, promovendo a presença do tema da segurança na agenda do desenvolvimento numa perspetiva indireta (agregada a outras áreas de atuação) e reconhecendo a importância da componente técnica (na forma de agregação do material necessário à avaliação) na sua manutenção.

Capítulo I: Revisão da Literatura e Enquadramento Teórico

Neste capítulo tem lugar a revisão da literatura sobre a ligação segurança-desenvolvimento, começando pela apresentação das teorias do desenvolvimento e das teorias de segurança. É enfatizada a perspetiva multidimensional das primeiras e as correntes críticas (nas contribuições das Escolas de Aberystwyth e Copenhaga) das segundas, pois são as abordagens que melhor viabilizam o alargamento dos respetivos conceitos de maneira a possibilitar a associação entre eles. Ou seja, apoiar o alargamento do campo de ação quer do desenvolvimento quer da segurança, faz das referidas teorias a melhor opção para fazer convergir determinados domínios de cada um deles e estabelecer a ligação apresentada neste trabalho. Com base neste enquadramento, destacam-se os seguintes argumentos – desenvolvidos adiante: a dualidade segurança/insegurança associadas às dimensões prevenção/reação e a predominância da insegurança enquanto entrave ao desenvolvimento; a identificação de dois tipos de constrangimentos principais à ligação em análise; e a oscilação desses mesmos constrangimentos de acordo com o nível em que os debates têm lugar (meso e macro, por exemplo).

Revisão da Literatura

Teorias do Desenvolvimento

De acordo com a perspectiva clássica do desenvolvimento, o crescimento económico seria o pressuposto principal para aferir o nível de desenvolvimento dos Estados. Um Estado seria tanto mais rico, quanto maior fosse o seu poder económico e monetário. Era, por isso, considerada desenvolvida uma nação economicamente próspera, ainda que apresentasse um nível de desenvolvimento humano baixo.

Esta *conceção clássica* ou *tradicional* foi vinculada por pensadores como Arthur Lewis (1955) ou Walt Whitman Rostow (1960).

Na sua “Teoria do Crescimento Económico”, Lewis faz o processo de desenvolvimento girar em torno do crescimento económico, considerando que o primeiro só seria possível mediante um processo de modernização das estruturas das sociedades. Consequências da era industrial, as sucessivas revoluções inspiraram a introdução de novas técnicas, métodos e ideias que estimulavam a atualização das estruturas de até então. Daqui resultaria um substancial aumento da produtividade fomentador do desenvolvimento (Lewis, 1955).

Já Rostow e as “Etapas do Crescimento Económico” sustentavam a ideia de que, historicamente, os países desenvolvidos verificaram a concretização de cinco etapas inerentes à evolução do crescimento económico: 1- A sociedade tradicional; 2 – Pré-condições para o arranque; 3 – Arranque; 4 – O caminho para a maturidade; 5 – Consumo em massa. Esta visão etapista, que colocava o crescimento económico na base do desenvolvimento, deveria servir de pilar a todas as nações, levando-as a inspirar-se nas cinco fases essenciais para combater o subdesenvolvimento e caminhar na direcção do progresso (Rostow, 1960).

Ambos os argumentos se justificavam pela crença de que o desenvolvimento de um país assentaria no investimento e industrialização, pressupostos fundamentais do crescimento económico. Acreditava-se que, em resultado, os níveis da pobreza diminuiriam satisfatoriamente contribuindo para o desenvolvimento do país (PNUD, 2007).

Contrariamente, se adotarmos a perspectiva multidimensional do conceito, associar-lhe-emos uma série de vertentes, nomeadamente a humana que coloca o desenvolvimento das

populações no centro do progresso das nações, uma vez que “as pessoas são a sua verdadeira riqueza”³ (PNUD, 1990: 9).

Foi essencialmente a partir do pós-II Guerra Mundial que se começaram a verificar alguns sinais de mudança na teorização do desenvolvimento e que se intensificariam a partir dos inícios da década de 70. Acontecimentos marcantes como a Conferência de Bandung e o movimento dos “não-alinhados”, o movimento estudantil de 1968 ou a crise do petróleo foram responsáveis por chamar a atenção para a perspectiva redutora sobre desenvolvimento até aí predominante. Num contexto de reconstrução europeia, levantavam-se duras críticas face às políticas economicistas dos países ditos desenvolvidos que, segundo os países em desenvolvimento só aprofundavam o seu atraso, bem como o fosso entre ambos. Neste sentido, exigiam-se mudanças na perceção do conceito de desenvolvimento que deveria deixar de ser considerado resultado exclusivo do crescimento económico passando a ser interpretado de forma mais lata e abrangente. A perceção de que o seu progresso dependia igualmente (se não maioritariamente) da evolução social, levou as sociedades a reivindicar o fim da hegemonia dos fatores económicos e o aumento das preocupações com as condições de vida das populações e o ambiente. Os autores de finais do século XX pretendiam, portanto, uma abordagem mais humanista ao conceito de desenvolvimento baseada na garantia das necessidades básicas e no respeito pelos Direitos Humanos (Amaro, 2004).

Em consequência, *desenvolvimento* passa a comportar toda uma nova complexidade refletida nas novas dimensões que lhe passam a ser associadas (além da económica): cultural, social, ambiental. A discussão sobre o tema intensifica-se exponencialmente através de expressões como:

‘big push’ (large-scale injections of capital are the key to development); the ‘small is beautiful’ movement; human capital as the missing link in development; the ‘green revolution’ (as a technological fix for agricultural development); community development; appropriate technologies; basic needs; integrated rural development; self-reliance; delinking from the world economy; the New International Economic Order; market orientation and deregulation; promotion of the informal sector; structural adjustment policies; or sustainable development. (Szirmai, 2005: 2).

³ Tradução livre.

Especialmente a partir dos trabalhos do PNUD (1990) e de autores como Amartya Sen (1988) ou Mahbub ul Haq⁴ começa a defender-se a discussão do desenvolvimento enquanto conceito multidimensional. Argumentando que o conceito era mais que aquilo que o valor económico de um país demonstrava, a perspetiva multidimensional do desenvolvimento associa-lhe (além da económica), as vertentes do desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento participativo, desenvolvimento social, desenvolvimento integrado e desenvolvimento humano. Desta forma, o nível de desenvolvimento do país passaria a ser considerado de acordo com estas novas dimensões que o constituíam (Sen, 1988).

A partir dos anos 90, Sen tornou-se uma figura incontornável nos debates sobre o tema ao privilegiar questões como os Direitos Humanos, a liberdade dos povos ou o acesso à saúde e à educação. No fundo, em obras como *“The concept of Development”* (1988) e *“Development as Freedom”* (1999), o autor destaca o acesso a condições de vida dignas (através do acesso facilitado aos direitos sociais, civis e políticos básicos) como garantia do progresso das comunidades (Sen, 1999).

Embora não neguem a importância dos rendimentos monetários e da prosperidade económica na evolução das liberdades das sociedades globais, autores como Amartya Sen argumentam que estas se tornaram extremamente dependentes da dimensão humana do desenvolvimento. Esta dimensão viria a inspirar algumas definições de referência do desenvolvimento humano, nomeadamente aquelas que introduzem preocupações face à redução da criminalidade, violência física e sentimento de insegurança como forma de promover o bem estar das populações (PNUD, 2013c).

Teorias de Segurança

Paralelamente à evolução do conceito de desenvolvimento para uma conceção multidimensional, verificou-se um processo semelhante em relação à segurança, cujo debate opõe, à perspetiva clássica ou tradicional predominantemente realista, as teorias críticas defensoras de uma visão mais abrangente do conceito.

Tradicionalmente, e de acordo com a teoria realista, os Estados são os únicos atores legítimos da cena internacional e todos os acontecimentos e interações observados são conduzidos pelos

⁴ Ministro das Finanças do Paquistão nos anos 80, criou o Índice de Desenvolvimento Humano que serviria de base para os Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD.

seus interesses. Isto aplicava-se às questões de segurança que, segundo o realismo, correspondiam somente ao exercício das competências militares dos Estados, pelo que autores como Morgenthau, não reconheciam outras entidades detentoras de poder de decisão que não eles. Enquanto únicos atores legítimos e soberanos do panorama internacional, só aos Estados era atribuído o monopólio exclusivo do uso da força. Naturalmente, a gestão destas questões assentava sobretudo em premissas de *'hard power'* ligadas ao uso da força, intervenções militares e soluções belicistas na resolução de controvérsias. Esta conceção do mundo inviabiliza, portanto, qualquer possibilidade de descentralização de poder e deposita na vontade dos Estados, que é soberana, a gestão dos assuntos políticos, económicos, militares e sociais com influência na ordem internacional estabelecida (Morgenthau, 1993).

Por outro lado, o tradicionalismo característico do período da Guerra Fria relativizava a questão da violência armada e dos conflitos internos, locais e regionais enquanto temas de preocupação global, dado considerar que o recurso às armas correspondia aos litígios em dada região à qual se confinava, não representando por isso uma ameaça à ordem e segurança internacionais. Associando a criação dos mecanismos de não proliferação, desarmamento e controlo de armas à manutenção da situação vivida entre as duas superpotências no século XX, a perspetiva tradicional via como controlada a hipótese de um conflito se tornar global, visto as superpotências deterem os referidos mecanismos. Como tal, não se justificava preocupação considerável com os conflitos localizados. Finalmente, e o maior argumento de todos, a sobreposição da soberania estatal: os Estados, enquanto atores soberanos, detinham a prerrogativa do uso da força para proteção própria. Tradicionalmente parecia justificável a existência e recurso livre a armas de grande porte e a soluções belicistas para resolução das controvérsias, ao alegar que os mesmos se destinavam à defesa do Estado e dos respetivos cidadãos. Desta forma, olhava-se para o direito do Estado à autodefesa/segurança como justificação inquestionável para a posse de armas e uso das mesmas: se a sua posse era aceite, não seriam consideradas eventuais riscos de destruição em massa⁵ (Krause, 1996).

⁵ Embora a prerrogativa se mantenha inalterada, o processo de globalização - que tornou o atual sistema internacional cada vez mais interligado e interdependente - promoveu uma cultura de dissuasão entre os Estados que regra geral, perante os custos (políticos, humanos, económicos, ambientais, sociais) demasiado elevados que um conflito representaria, se coíbem do recurso à força para resolver as contendas emergentes (Gartzke, et al., 2001: 393-395).

Porém, nos anos 90, o fim da Guerra Fria representou uma transformação profunda na ordem mundial responsável pelo aparecimento de novos desafios aos quais a comunidade internacional precisava de responder. Neste período, deu-se uma importante mudança na natureza dos conflitos (que após a Guerra Fria se tornaram maioritariamente intraestatais, ocorrendo dentro das fronteiras dos Estados e não entre eles) que colocou a descoberto uma série de problemáticas até então ofuscadas pelo confronto entre os dois blocos existentes. Desviaram-se as atenções das estratégias e movimentações militares das duas superpotências para um campo mais amplo de acontecimentos. A partir desta altura, são os acontecimentos dentro dos Estados e entre as respetivas populações que mais merecem a atenção da comunidade internacional. Estas alterações têm um impacto crucial sobre a até então dominante conceptualização de segurança (Krause, 2001).

De facto, com a reorientação dos debates sobre aquilo que o conceito de segurança deveria realmente abarcar, ou seja, sobre o que significaria afinal falar de segurança, novas vozes no âmbito das relações internacionais começam a marcar posição. É o exemplo das teorias críticas das relações internacionais cujo debate, ressalve-se, é também ele, marcado por posições antagónicas relativamente ao alargamento do conceito: àqueles que apoiam uma conceptualização mais ampla da segurança, contrapõem-se os mais conservadores receosos de que tal provoque incongruências teóricas e conceptuais dentro dos estudos de segurança. Aliás, mesmo entre os mais otimistas, devido à multiplicidade de abordagens que os caracteriza, o consenso relativamente à ampliação conceptual de segurança parece difícil (Discaya, 2013). Tal poderá, de certa forma, confirmar a complexidade do conceito de segurança e contribuir para justificar a dificuldade inerente às discussões sobre o tema a um nível mais global, onde a diversidade de atores (logo de perspectivas, interesses e objetivos) se debate com procedimentos técnicos (matrizes, objetivos, metas e indicadores) na tentativa de conceder alguma solidez à manutenção do tema da segurança na agenda do desenvolvimento.

A abordagem mais favorável a este alargamento do conceito é representada pela Escola de Copenhaga e pela Escola de Aberystwyth, principalmente, que descentralizam a natureza da segurança da entidade do Estado. A primeira entende a segurança da perspectiva da sobrevivência, isto é, a segurança envolve a ocorrência de fenómenos que colocam a sobrevivência de algo ou alguém em perigo e que, como tal, exigem a atuação na sua origem de forma imediata. Portanto, autores como Barry Busan e Ole Waever interpretam negativamente a segurança: esta exige a ocorrência de falhas, de incidentes para agir no

contexto político, pelo que preferem o conceito de “dessecuritização” que procura enquadrar aquele tipo de ocorrências na esfera pública, normalizando-as. A segunda, da qual se destacam Ken Booth e Richard Wyn Jones, associa a segurança à emancipação, o que significa que a segurança se coaduna com o sentimento de liberdade e auto-arbítrio dos indivíduos que reconhecem e respeitam esse direito nos seus pares (Discaya, 2013).

O entendimento de segurança destas correntes parece convergir para a aceitação dos domínios da segurança no quotidiano e na realidade pública normal, bem como para a associação dos mesmos à garantia das liberdades e do direito dos indivíduos a existirem num contexto não só livre de ameaças como também propício à prossecução de ambições, planos e objetivos (Discaya, 2013).

O novo foco dos debates sobre a segurança, evidenciou sobretudo os problemas relacionados com o respeito pelos Direitos Humanos e com o bem-estar e garantia de condições de vida dignas às populações, cuja segurança e estabilidade deveriam representar a alavanca dos processos de Desenvolvimento. Personalidades como Amartya Sen ou Mahbub ul Haq contrariaram a visão realista partilhada por Hans Morgenthau (1993) e Kenneth Waltz (1990) e introduziram a perspetiva humanista nas discussões sobre segurança, afirmando que este conceito já não podia confinar-se à visão redutora oferecida pelas teorias tradicionais. Adquirindo maior amplitude, o domínio do conceito de segurança deveria, pois, abarcar as questões humanitárias, sociais, económicas, ambientais ou de saúde. Ou seja, dimensões distintas da militar e reveladoras da importância da participação de atores não estatais (como OIs, ONGs, sociedade civil, comunidade académica, tink tanks,...) no campo da segurança (PNUD, 1994). Igualmente, passaram a privilegiar-se os métodos de ‘soft power’ para solucionar as divergências subjacentes à interação na cena internacional (Krause, 1996).

As circunstâncias acima, vividas durante a época de 1990, e a aproximação dos domínios da segurança a questões mais humanísticas e sociais (“freedom from fear, freedom from want”, como defende a ONU (1994), ator por excelência da luta pelos Direitos Humanos), contribuiriam para a projeção do conceito de desenvolvimento humano e para a tentativa de lhe associar o de *segurança humana*. De facto, existiram tentativas de introduzir na agenda internacional a noção de “segurança humana”, mas a sua vulnerabilidade conceptual diante das agendas políticas acabou por inviabilizar a evolução das discussões em torno do conceito e respetiva operacionalização. O universalismo apontado como característica da *segurança*

humana pressupunha a possibilidade de múltiplas interpretações o que poderia representar, segundo os menos entusiastas, uma eventual deturpação e perversão do conceito. Esta eventualidade poderia, conseqüentemente, acarretar efeitos mais prejudiciais que benéficos para a segurança dos povos, pelo que os debates sobre *segurança humana* não foram muito mais adiante (Freitas, 2002).

Estes contributos inspiraram diversos trabalhos que relacionam segurança e desenvolvimento, como Sakiko Fukuda-Parr (2007), Alexis Bonnel e Serge Michailof (2012), Abdalla Bujra (2002), Richard Jolly e Deepayan Basu Ray (2006), Erin McCandless e Toni Karbo (2011) que, concordando com os pressupostos da interpretação multidimensional da segurança, consideram que a solução para os problemas das sociedades assenta numa resposta estrutural com actuação sobre as causas dos mesmos e apostando na capacitação dos países afectados para que as soluções possam ser sustentáveis e duradouras ((PNUD, 1994); (Fukuda-Parr, 2007)). Neste registo enquadra-se também o trabalho de agências institucionais como o PNUD.

As questões de segurança adquirem novo ênfase e a discussão em torno do tema aprofunda-se, surgindo a problemática acerca do seu enquadramento nos assuntos do desenvolvimento. Isto é, em que medida a inclusão das políticas de segurança beneficiaria as iniciativas da ajuda ao desenvolvimento? Neste sentido, a literatura apresenta-se tão vasta quanto cautelosa (mesmo por parte dos mais otimistas) relativamente ao assunto. Há realmente espaço para os debates sobre segurança na agenda internacional, contudo parece não haver ainda suficiente preparação (por parte quer dos doadores quer dos recetores) para a inclusão do tema. Apesar de não ser assim tão recente (pelo menos desde a Guerra Fria que o tema da paz, segurança e conflitos num contexto globalizado preocupa a comunidade internacional), a complexidade do debate, fruto da panóplia de dimensões, critérios, preconceitos e interesses colocados na órbita da *segurança*, torna-o demasiado moroso ((Denney, 2012); (Green, et al., 2012); (Bandara, 2012); (Melamed, 2012)).

Criou-se a partir daqui um dilema sobre a “securitização do desenvolvimento” que levanta uma série de problemáticas e polariza opiniões quanto à concreta manutenção do tema na agenda pós-2015 através de um objetivo ou meta específico. Alguns dos argumentos mais otimistas entre a comunidade académica, prendem-se com a dualidade segurança/insegurança que será desenvolvida na secção seguinte. Incluindo-se a segurança na agenda pós-2015, o

processo seria mais que a garantia de ausência de ameaças ou a resposta aos fatores de insegurança: representaria a prossecução dos meios para reestruturar e capacitar os países, incentivando a evolução dos seus sectores mais produtivos de forma a contribuir para a sustentabilidade e durabilidade dos programas após o término dos mesmos. Outra proposta ambiciosa diz respeito à integração do tema no âmbito das reformas aos sistemas de segurança ou associando-o a objetivos de reconstrução pós-conflito e de acordo com os princípios de DDR (desmobilização e desarmamento para desincentivar o recurso a armas e reintegração para promover o retorno ativo de ex-combatentes à vida em sociedade). Há ainda quem sugira a aposta no aperfeiçoamento dos sistemas de monitorização com vista a aferir com rigor os resultados dos programas de desenvolvimento em ambientes de reconstrução pós-conflito. Os mais tímidos, sugerem a inclusão do tema na agenda de forma indireta, isto é, inserido noutras questões, nomeadamente da boa governança, princípios do Estado de direito e justiça ((Bandara, 2012); (Denney, 2013a); (Fitz-Gerald, 2004); (Fukuda-Parr, 2007); (Stern & Öjendal, 2010)).

Os argumentos contrários dizem sobretudo respeito: à complexa manutenção e equilíbrio de interesses, objetivos, valores, necessidades e expectativas inevitavelmente subjacentes à discussão; à dificuldade em garantir a recolha de dados viáveis à aferição rigorosa dos resultados dos programas e das políticas de desenvolvimento em contextos hostis ou em conceber guias de monitorização consistentes; à relutância diante da eventual manipulação dos fins da ajuda para camuflar intervenções securitárias; à generalização “one size fits all” que aplica uma matriz padrão a todos os países, o que segundo os mais críticos negligencia eventuais resultados positivos devido ao objetivo padrão estabelecido ser demasiado elevado para ser alcançado pelos menos desenvolvidos ((Bonnel & Michailof, 2012); (Buur, et al., 2007); (Bush & Duggan, 2013); (Cammack, et al., 2006)).

Ligação segurança-desenvolvimento

Nesta secção começam por ser apresentados os conceitos de segurança e insegurança aos quais está inerente uma dualidade importante relativamente à interpretação da ligação entre a segurança e o desenvolvimento. São também apresentadas a dimensão preventiva e a dimensão reativa associadas a cada um dos conceitos, respetivamente, elucidando a abordagem privilegiada em cada um relativamente à referida ligação. De seguida, são

explanadas a dimensão política e a dimensão técnica, cujos elementos aparecem a influenciar os debates sobre a ligação segurança-desenvolvimento, condicionando-a.

O propósito principal é compreender o tipo de abordagens inerentes à ligação segurança-desenvolvimento (a preventiva e a reativa), bem como o tipo de elementos que interfere nessa ligação, logo na manutenção de questões de segurança na agenda do desenvolvimento.

Os conceitos de segurança e insegurança:

Segurança e insegurança podem parecer faces opostas da mesma moeda, mas a verdade é que a existência de factores de segurança não significa, necessariamente, o estado de desenvolvimento em dada região. Em contrapartida, a atuação dos factores de insegurança sobre os recursos disponíveis aos Estados para apostar no seu desenvolvimento, prejudica o processo. Por isso, importa salientar a frequência com que se coloca na mesma linha de raciocínio a centralidade da paz enquanto garante da estabilidade e evolução globais e o papel da violência e conflitualidade como prejudicial a um desenvolvimento satisfatório, quando se discute a ligação segurança-desenvolvimento. A realidade é bem mais complexa e obriga a um exercício de desconstrução considerável entre as relações de causalidade entre paz e desenvolvimento e entre insegurança e baixo desenvolvimento, a fim de evitar comparações precipitadas. Na verdade, não se tem verificado ser tão real que a paz seja impreterivelmente sinónimo de desenvolvimento como se verifica a responsabilidade dos conflitos/violência no fraco nível de desenvolvimento das dos países. Portanto, embora seja tentador considera-lo, dizer que a paz é um pressuposto para o desenvolvimento e o conflito para o fraco desenvolvimento não é a mesma coisa ((Denney, 2013a); (Denney, 2013b); (WB, 2011)).

O conceito de *segurança* supõe mais do que a simples ausência de ameaças. Na verdade, deve associar a essa ausência a garantia dos meios e das condições necessárias à prossecução de políticas de desenvolvimento sustentáveis e duradouras. Para autores como Ann M. Fitzgerald (2004), *segurança* deve dizer respeito à construção de sociedades pacíficas e estáveis e à capacitação institucional como forma de garantir uma eficaz alocação dos recursos em prol da evolução da comunidade que as habita. Deste ponto de vista, uma sociedade que aposta no seu desenvolvimento, satisfazendo as necessidades e garantindo o bem estar dos seus cidadãos, apresenta menos probabilidades de ocorrência de ameaças dentro das suas fronteiras. Isto significa associar à *segurança* uma dimensão preventiva, isto é, além da ausência de ameaças, considerar a criação de condições entendidas como propícias ao normal funcionamento de uma sociedade como elementos fundamentais à sua evolução positiva e

duradoura. Como factores de segurança, podem nomear-se a ausência de ameaças, a disponibilidade de recursos para satisfazer as necessidades de todos, a igualdade, a justiça, a estabilidade, a confiança (nas instituições governativas) e a construção de sociedades sólidas, robustas e capazes (Fitz-Gerald, 2004).

Por outro lado, *insegurança* implica mais que a ausência de paz. Da perspectiva dos factores endógenos (factores internos que influenciam os acontecimentos num determinado território), a insegurança caracteriza-se pela existência prolongada de situações de perigo e ameaçadoras do bem estar e da estabilidade das sociedades. Pauta-se não só pela ausência de paz e segurança, como também pela existência de agravantes a essa condição às quais se tem de responder, pelo que subjacente à insegurança encontramos uma dimensão reativa, caracterizada pela atuação sobre os factores de insegurança, combatendo-os e evitando a sua reincidência. Nomeiam-se factores como a existência de ameaças, conflitos, violência armada e física, a discriminação, a desestruturação governativa e institucional, lutas de poder, a escassez de recursos ou a carência económica, bem como a corrupção, as economias paralelas e o tráfico pois todos eles contribuem para alimentar disputas e situações de instabilidade e insegurança (McCandless & Karbo, 2011).

A insegurança, associada aos conflitos e à violência armada, representa uma das maiores entraves ao desenvolvimento sustentável e duradouro dos territórios. A comprová-lo, os dados sobre as perspectivas de alcance dos ODM por parte de Estados afetados por este tipo de problemas - como os Estados-frágeis: segundo a OCDE, nenhum dá indícios de alcançar as metas estipuladas, uma vez que os conflitos minaram os recursos que o permitiriam (OCDE, 2009).

Os conflitos tendem a resultar da incompatibilidade de pontos de vista, interesses, valores, crenças ou relações interétnicas, bem como da luta por recursos e poder, entre duas ou mais partes. Estas podem ser Estados, grupos sociais, étnicos, organizações, etc que, por almejarem determinado estatuto ou posição de superioridade face ao outro, conflituam entre si prejudicando-se mutuamente. Embora seja comum resultar em confrontos directos, físicos, recorrendo à força, isto não tem necessariamente de se verificar. As tensões geradas podem pender para a coerção psicológica ou para a pressão política ou económica (como foi o exemplo da Guerra Fria) (Jeong, 2008).

Sejam quais forem os meios ou instrumentos utilizados, as consequências dos conflitos nos ambientes e realidades que afectam são devastadores: o foco no atrito tende a monopolizar as atenções, esforços e recursos que inevitavelmente deixam de ser aplicados nas reais necessidades das comunidades. Isto chama a atenção para o exercício de competências e funções por parte dos Estados. Territórios onde o papel do Estado se encontra enfraquecido ou descredibilizado, apresentam maior propensão para o conflito, uma vez que as normas reguladoras da vida em sociedade são dúbias ou mesmo inexistentes. Tal situação agrava-se quando, perante a eclosão do conflito, o Estado nada consegue fazer para lhe pôr cobro e proteger os seus cidadãos (Carment, et al., 2013).

Esta dualidade segurança/insegurança apresenta dois conceitos indissociáveis pois, além da necessidade de garantir a paz e a estabilidade para a prosperidade de um país (prevenção/segurança), afigura-se igualmente necessário reagir, actuando na raiz dos problemas para os combater (reação/insegurança) e, assim, prevenir eventuais reincidências em situações de violência e conflito e promover a paz e a prosperidade dos territórios mais fragilizados. Tal como não é a simples ausência de ameaças que contribui para a condição de desenvolvimento, também não é a existência das mesmas que, isoladamente, implica baixos níveis de desenvolvimento. Em ambos os casos, é a conjugação dos fatores - de segurança ou de insegurança - com impacto nas capacidades, meios e recursos de que os países dispõem para se desenvolver que irá condicionar a sua evolução e processo de desenvolvimento de forma positiva ou negativa ((Fitz-Gerald, 2004); (Fukuda-Parr, 2007)).

O argumento que mais demonstra reunir significativo consenso quer a nível académico quer institucional ((Denney, 2013a); (Denney, 2013b); (Fukuda-Parr, 2007: 3); (OCDE, 2009: 28-30); (WB, 2011: 5-6)), é aquele que atribui aos fatores de insegurança a responsabilidade pela evidência de baixos níveis de desenvolvimento. Isto por ser mais provável confirmar o impacto negativo que os fatores de insegurança exercem sobre os recursos e as capacidades essenciais aos países para que estes possam apostar no seu desenvolvimento do que confirmar a paz como pressuposto impreterível para a condição de desenvolvimento. O facto de um Estado viver em paz e em segurança não é condição suficiente (embora necessária) para assegurar a eficiente alocação dos recursos para a área do desenvolvimento (Denney, 2013b). Ainda assim, esta questão de causalidade acaba por incentivar relutâncias políticas e dificuldades técnicas responsáveis pelos impasses no debate sobre a relação entre segurança desenvolvimento, como desenvolvido na secção seguinte.

A dimensão política e a dimensão técnica da ligação:

A dualidade apresentada na secção anterior funciona como argumento à ligação entre os domínios da segurança e os domínios do desenvolvimento, favorecendo algum consenso entre os teóricos que sobre ela trabalham. Porém, a relutância – não só dos críticos, mas até mesmo dos mais otimistas – relativamente à introdução de um objetivo específico sobre segurança na agenda global para o desenvolvimento prende-se sobretudo com dois tipos de constrangimentos: os de ordem política e os de natureza técnica.

Os constrangimentos de ordem política abordados mais frequentemente prendem-se com a sobreposição de interesses, benefícios e privilégios por parte dos intervenientes na agenda política internacional, em particular, dos doadores que dificultam a harmonização das agendas da segurança e do desenvolvimento.

Segundo Blunt, et al. (2011), as necessidades reais dos países menos desenvolvidos ainda não são satisfatoriamente abarcadas pelos programas de ajuda da comunidade doadora, uma vez que estes são mais condicionados pelas vontades e interesses dos doadores que dos beneficiários. Ou seja, a capacidade financeira, económica e monetária dos países condiciona de forma decisiva os parâmetros dos seus programas de ajuda e acaba, invariavelmente, por significar um agravamento nas disparidades entre regiões desenvolvidas e em desenvolvimento (Blunt, et al., 2011). Isto aliado à existência e aplicação de um modelo único de desenvolvimento baseado nos padrões ocidentais e neoliberais de desenvolvimento, é muitas vezes vista como uma forma de ingerência nos assuntos internos dos países, descreditando a sua autoridade e legitimidade, logo como a conservação de um *status quo* prejudicial aos países menos desenvolvidos (Buur, et al., 2007).

As consequências destas orientações nos programas de ajuda refletem-se essencialmente na predominância da prossecução dos próprios objetivos, bem como de benefícios económicos e políticos por parte dos doadores. Por vezes fazem-no de forma pouco transparente, procurando camuflar intenções e interesses, ou valorizar vantagens geopolíticas. A esta tendência associa-se o carácter paternalista e as pretensões de ocidentalização tantas vezes apontadas aos países doadores e ao modelo predominante de desenvolvimento, responsáveis pela manipulação e usurpação dos objetivos de APD (Blunt, et al., 2011).

Como consequência, esta eventual manipulação dos programas por parte do poder e da estrutura política acaba por ser muitas vezes responsável pelo prejuízo da situação já

debilitada que caracteriza os ambientes violentos (ou pós-conflito). Teme-se, sobretudo, a securitização ou militarização do desenvolvimento camuflada pelos programas de ajuda, juntamente com os efeitos que isso possa ter nas condições de vida das populações recetoras (Stern & Öjendal, 2010).

Este risco de deturpação e perversão que o conceito possa sofrer, principalmente por parte dos actores políticos reflecte a vulnerabilidade conceptual apontada ao conceito de segurança que o coloca à mercê das necessidades, objectivos, fins ou contextos de quem os emprega ou onde se inserem. Ou seja, está em causa o perigo de apropriação abusiva do termo, considerando-se a eventual inclusão da segurança na agenda como uma forma de legitimar o recurso à força sob pretextos de APD (ex.: intervenções humanitárias ou o caso da luta contra o terrorismo), desvirtuando o carácter da ajuda e contribuindo ainda mais para o fraco desenvolvimento dos territórios mais desfavorecidos (aprofundamento da dependência externa) ((Bonnel & Michailof, 2012); (Buur, et al., 2007); (Cammack, et al., 2006)). Talvez com o intuito de contornar estas relutâncias, algumas sugestões para a inclusão do tema na agenda política do desenvolvimento vão no sentido de associar os objetivos de segurança a outros domínios, como o da governança, da justiça ou dos princípios do Estado de direito (Denney, 2013a).

Reconhece-se portanto que, no contexto de APD em situações de insegurança, está em causa a manutenção de um complicado equilíbrio entre os interesses e expectativas de doadores e beneficiários. Se por um lado o egocentrismo de alguns doadores se mostra um obstáculo real e difícil de contornar, por outro lado, há que admitir que esta não é uma realidade isolada. Na verdade, da mesma maneira que certos doadores gerem os seus programas consoante lhes for mais benéfico, bem como ao estatuto que envergam, é também verdade que existem aqueles que se pautam por ações mais moderadas no que a isto diz respeito. Por exemplo, as economias em ascensão parecem enveredar por um sistema de ajuda mais orientado para a cooperação e entreaajuda. Nestes casos, os doadores deparam-se com a difícil tarefa de gerir os seus interesses com os dos outros. Por um lado, permanece a importância de se organizarem enquanto actores políticos e financiadores, cujas obrigações exigem uma postura firme e prossecutora de resultados eficientes (que justifiquem o investimento). Por outro lado, mantem-se a responsabilidade relativamente à expectativa do beneficiário e à sua necessidade de apoio no que toca à sua situação económica, bem como à sua capacitação interna a nível governativo e institucional (Driscoll & Evans, 2005).

Isto significa que à APD está subjacente uma necessidade de harmonia política que tem tanto de importante quanto de complexo. Quando estendida a contextos de violência ou pós-conflito onde tendem a proliferar fatores de insegurança, este aspeto tende a intensificar-se.

Por sua vez, os constrangimentos de natureza técnica relacionam-se sobretudo com a mensurabilidade, com a recolha de dados e criação de sistemas de monitorização viáveis que permitam estabelecer umnexo de causalidade entre os fatores de segurança/insegurança e o desenvolvimento, bem como com a standardização (ou generalização) das políticas e programas de desenvolvimento, como apresentados de seguida.

A mensurabilidade diz genericamente respeito à possibilidade de aferir com base em indicadores e objetivos concretamente estabelecidos os resultados de uma dada ação de modo a revelar o seu impacto. Esta definição é igualmente aplicável ao contexto do desenvolvimento e da segurança. Naqueles contextos, a mensurabilidade aparece associada à possibilidade e à capacidade de medir o impacto das políticas de segurança aplicadas no âmbito dos programas de desenvolvimento, sendo considerada um elemento determinante na ajuda internacional em contextos de insegurança (Bush, et al., 2013: 45).

Quando se debate a conjugação das agendas da segurança e do desenvolvimento, a mensurabilidade ou a avaliação de impactos/resultados surge associada sobretudo aos programas de DDR ou de RSS, bem como às missões de peacebuilding e peacekeeping em contextos de pós-conflito e a tudo o que lhes está inerente: número de vítimas, número de deslocados, número de refugiados, nível de desempenho institucional e governativo, proliferação (incluindo tráfico) de armamento, existência de minas, etc. Ou seja, este tipo de missões lida com fatores de insegurança que colocam em perigo a vida dos cidadãos, bem como as capacidades, meios e recursos de que estes deveriam dispor para realizar as suas atividades quotidianas. Isto coaduna-se com efeitos inevitavelmente negativos nos índices de desenvolvimento dos territórios afetados (ex.: minas, armas, violência, índice de fragilidade) ((Menkhaus, 2004); (Bush, et al., 2013)).

A mensurabilidade tenta aferir e avaliar o impacto que os projetos e programas desencadeados no âmbito das referidas missões tiveram nos indicadores citados: aquando da programação da missão, é definida uma matriz com objetivos, metas, indicadores e pressupostos. São aqueles indicadores que orientam a prossecução das metas e objetivos, contribuindo para o alcance

dos mesmos e que, conseqüentemente permitem refletir sobre o nível de sucesso dos programas quando a missão termina ((Menkhaus, 2004; (Bush, et al., 2013)).

Inserida na linha de raciocínio apresentada, a mensurabilidade funde-se, naturalmente, com a situação de conflito que analisa e com o contexto que lhe diz respeito. De acordo com autores como Kenneth Bush e Colleen Duggan (2013), a interação entre o contexto do conflito e o sistema de avaliação compõe-se de quatro vertentes: os métodos, a logística, a política e a ética. Significa que estas quatro vertentes interligam-se e influenciam de forma decisiva o processo de avaliação dos resultados obtidos com as políticas aplicadas através das missões de peacebuilding e peacekeeping (Bush & Duggan, 2013: 8).

A interligação entre as vertentes mencionadas pode colocar algumas limitações à mensurabilidade (manifestadas através dos entraves ao trabalho dos avaliadores). Nomeadamente, a ação de atores externos (seja quem requer a avaliação, sejam autoridades políticas, etc), o próprio ambiente físico que, devido à insegurança, formação geográfica ou acessibilidades dificulta o acesso dos avaliadores ao contexto que devem analisar; e restrições de informação, a base do trabalho dos avaliadores. A debilidade ou insuficiência da informação inviabiliza os dados, logo impossibilitando a formulação de resultados. Estas limitações acabam por colocar em causa a interpretação fidedigna do verdadeiro impacto dos programas (Bush & Duggan, 2013).

O primeiro engloba, por um lado, os responsáveis dos projetos e os proponentes da avaliação. Os primeiros que tentam condicionar o acesso à documentação, permitindo aos avaliadores utilizar apenas sites e informação “de referência” ou devidamente “filtrados”. Os segundos que, aquando da apresentação de resultados, exigem conclusões que por vezes não coincidem com a realidade (ex.: avaliar positivamente quando os dados indicam o contrário). Por outro lado, engloba problemas associados à escolha dos métodos de avaliação quando o cliente impõe o uso de metodologias dispersas e variadas sobre as demais, colocando em risco a solidez da avaliação (Bush & Duggan, 2013).

O segundo diz respeito à complicação típica de situações de conflito ou pós-conflito, isto é, quando está em causa avaliar o impacto de determinado programa naquele contexto, o processo torna-se mais complicado em comparação com outras situações. Isto porque estes ambientes apresentam todas as características prejudiciais à tarefa, nomeadamente: instabilidade, insegurança, corrupção, desestruturação institucional e governativa, escassez de

recursos, dificuldade de acesso à informação (base do processo de avaliação, essencial à eficácia da mensurabilidade), etc. No fundo, elementos comuns aos Estados considerados frágeis e àqueles onde prolifera a violência armada (Bush, et al., 2013).

O terceiro associa-se aos obstáculos colocados aos avaliadores para a agregação de dados, estudo de resultados e posterior elaboração de relatórios sobre os programas executados. Se a informação recolhida não for fiável, suficiente ou coerente, os resultados do trabalho de avaliação tornam-se fracos e obsoletos (Menkhaus, 2004).

Apesar das dificuldades, a mensurabilidade permanece um dos principais condicionamentos da atuação no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, particularmente quando em causa estão questões de segurança. De facto, um dos principais argumentos associados à mensurabilidade/avaliação alega que incluir a segurança na agenda internacional por via de temas concretos e aferíveis – como o número de armas, de minas, o número de mortes violentas, etc – contribuirá para regular as intervenções sob o pretexto securitário e controlar as pretensões políticas de ingerência (Denney, 2013a). Isto parece contribuir para estabelecer uma relação de causalidade entre a segurança e o desenvolvimento, justificando a eventual introdução de metas e objetivos associados ao tema.

A possibilidade de avaliar um programa e apresentar os respetivos impactos sob a forma de resultados concretos é um dos principais aspetos subjacentes às iniciativas dos doadores, como pode aliás perceber-se pelos documentos da OCDE sobre o assunto (como os relatórios do CAD, *DAC Statistical Reporting Directives* (OCDE, 2010) e *Evaluating Peacebuilding Activities in Settings of Conflict and Fragility: Improving Learning for Results* (OCDE, 2012c), por exemplo). Naturalmente, será focalizada a ótica dos doadores e respetivos critérios, ou seja, quem os países doadores da OCDE consideram passível de ser considerado beneficiário e sob que critérios, bem como que ações podem ser incorporadas no contexto da APD. Quer isto dizer que a principal questão à qual a maioria dos programas de APD responde à partida incide sobre a possibilidade de aferir os resultados dos mesmos (OCDE, 2012c).

Igualmente, a elaboração dos guias de monitorização representa um constrangimento técnico igualmente importante. Encontrar ou formular indicadores de análise e assegurar a sua viabilidade, imparcialidade e solidez é um autêntico desafio. São os indicadores que permitem trabalhar na prossecução dos objetivos, pelo que é da definição coerente dos primeiros que

depende o sucesso dos segundos. Os indicadores são os dados mais específicos da fórmula de monitorização (a par com os objetivos e as metas) e referem-se ao estado de alcance das metas. A finalidade é os agentes responsáveis perceberem, através dos indicadores – recolhidos de fontes reconhecidas – até que ponto as metas propostas estão a ser cumpridas. Isto significa que, verificando-se, a debilidade dos indicadores terá inevitavelmente repercussões no restante programa, já que colocará em causa a solidez das conclusões formuladas acerca do cumprimento das metas e, conseqüentemente, do alcance dos objetivos (UN, 2013).

Também a negligência contextual, aquando da formulação dos projetos ou programas de APD, relativamente aos contextos em que se vão inserir, é vista como um constrangimento técnico (embora com alguma dimensão política) à presença formal do tema da segurança na agenda do desenvolvimento, especialmente por parte dos países beneficiários. Estes sublinham negativamente a tendência para a generalização, tantas vezes associada aos ODM, assente na abordagem “one size fits all” e na existência de uma matriz aplicável (embora suscetível de adaptação) às várias situações de fragilidade e pós-conflito ou de violência. Na sua ótica, este método é prejudicial à correta prossecução dos objetivos, subestimando as realidades em que se enquadra a ajuda (Bonnel & Michailof, 2012).

Como tal, os recetores sugerem uma maior atenção às especificidades e abordagens mais personalizadas, já que consideram esta ‘standardização’ dos projetos prejudicial à prossecução de resultados sustentáveis. Porém, se a ‘standardização’ de projetos por parte da comunidade doadora desvaloriza as especificidades de determinado contexto, a contextualização como base para os mesmos coloca em causa a exequibilidade de um objetivo global: torna-se incomportável justificar ou gerir um objetivo tendo por base o contexto de cada realidade, conflito, fragilidade ou exposição ao uso da violência armada (Bush & Duggan, 2013).

Naturalmente, nem os constrangimentos políticos nem os constrangimentos técnicos são isolados ou estanques, chegando mesmo a ser transversais e a influenciar-se reciprocamente. Os políticos, marcados pela confiança nas políticas, pelo investimento, pela manutenção dos interesses entre doadores e recetores e pelo equilíbrio entre universalidade e contexto, incidem maioritariamente no esforço entre a necessidade de construir objetivos universais que equilibrem significativamente os vários interesses envolvidos, e a vontade de fazer respeitar as especificidades dos diferentes contextos e realidades em que se aplicam. Já os técnicos

acabam por se associar mais à recolha, tratamento e apresentação de dados e resultados e à avaliação dos mesmos. Porém os interesses e vontades políticas condicionam inevitavelmente a elaboração dos objetivos e indicadores a constar da agenda, além de estarem presentes em cada etapa da avaliação, desde a sua definição, passando pelos métodos escolhidos para a efetuar até à formulação e apresentação dos resultados. Surgem questões fundamentais como “quem pede a avaliação? Qual o critério de escolha da metodologia? Qual o molde para a apresentação dos resultados? No fundo, a que interesses servirá?” (Bush & Duggan, 2013: 10). Por outro lado, a capacidade de medir o impacto das políticas condiciona as decisões dos Estados que exigem saber da aplicação dos fundos que atribuem (Bush & Duggan, 2013).

De referir ainda que tanto os constrangimentos políticos como os técnicos são suscetíveis de oscilação consoante se enquadrem no nível de discussão política global, no nível dos programas de desenvolvimento ou no nível dos projetos aplicados em contextos concretos. Ou seja, se a nível macro (global) pode predominar sobretudo a dificuldade de envolver na mesma agenda os domínios da segurança e os do desenvolvimento face às necessidades e interesses de doadores e recetores, a nível meso (das organizações, iniciativas diplomáticas, etc), podem verificar-se maioritariamente entraves relacionadas com o alcance e a avaliação de resultados, isto é, mais técnicas (Bush & Duggan, 2013).

Tanto uns como os outros evidenciam igualmente a importância da clareza na semântica utilizada, pois é daqui que muitos deles acabam por resultar. É fundamental definir claramente os contornos das políticas de desenvolvimento, respetivos objetivos e indicadores, pois disso dependerá a verificação dos resultados. Por sua vez, esta verificação facilitará a confiança relativamente às políticas, da qual dependerão as condições de financiamento, na ótica dos doadores e a recetividade, na ótica dos beneficiários.

Capítulo II: Modelo de Análise e Metodologia

O enquadramento teórico anteriormente descrito contribui para a construção do modelo de análise. Neste é apresentada, em primeiro lugar, a pergunta de partida resultante da problemática exposta e que guia todo o trabalho. Em segundo lugar, salientam-se as linhas de orientação da análise resultantes da teoria e que procuram funcionar como propostas de resposta à pergunta e, em terceiro lugar, definem-se os indicadores que operacionalizam essas linhas de orientação. Finalmente é descrita a metodologia que, apoiada no modelo de análise,

conduziu a análise empírica. Na última secção deste capítulo serão ainda apresentados dois casos práticos, o G7+ e a Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento, que se revelaram pertinentes para o modelo de análise na medida em que, durante a análise exploratória, se demonstraram contributos úteis para complementar e enriquecer as conclusões finais.

Modelo de Análise

O modelo de análise assenta na ideia teórica (Berg, 2001) que no caso corresponde ao reconhecimento da influência de duas dimensões importantes (política e técnica) sobre a ligação segurança-desenvolvimento. Formulada de acordo com esta ideia (que originou a problemática), a pergunta de partida que baseia o presente trabalho é a seguinte: de que forma as dimensões de ordem política e de ordem técnica influenciam a inclusão/exclusão das políticas de segurança da agenda global para o desenvolvimento? Aqui, evidencia-se desde logo a existência de duas dimensões (a dimensão política e a dimensão técnica) que, presentes nas discussões sobre os contornos da ligação segurança-desenvolvimento, demonstram exercer uma influência considerável sobre a decisão de incluir ou não um eventual objetivo envolvendo os domínios da segurança na agenda para o desenvolvimento pós-2015.

A revisão da literatura permitiu convergir para quatro eixos de análise fundamentais que correspondem a cada uma das dimensões. Relativamente à dimensão política são eles: a abordagem preventiva/reactiva evidente na dualidade segurança e insegurança, e a preferência por uma abordagem direta ou por uma abordagem mediada na inclusão de um objetivo sobre segurança na futura agenda do desenvolvimento. Associados à dimensão técnica encontram-se: as questões da avaliação/mensurabilidade (como a alusão à criação de indicadores, metas, etc, enquanto componentes essenciais à manutenção do tema na agenda), e a referência à construção de sistemas de monitorização e recolha de dados viáveis à elaboração de conclusões rigorosas sobre os resultados dos programas e políticas de desenvolvimento (alusão à existência ou criação dos meios necessários à agregação, tratamento e publicação de dados estatísticos que evidenciem de forma clara e transparente os resultados alcançados).

A operacionalizar os eixos de análise, encontramos os seguintes indicadores: a referência a fatores de segurança e insegurança (referidos na teoria), relativamente à abordagem preventiva e à abordagem reativa, respetivamente, bem como a associação entre segurança e outras áreas como o Direito e a Justiça, a Governança ou o Ambiente, no caso dos eixos de análise da dimensão política. No caso da dimensão técnica, nomeiam-se: as referências à

interação entre o contexto do conflito e os sistemas de avaliação (no caso da mensurabilidade/avaliação) e as referências à recolha de dados e relevância de documentos estatísticos (no caso do recurso a estatísticas/sistemas de monitorização).

Dos eixos de análise resultam as linhas de orientação da análise que se apresentam como respostas provisórias e que, nas conclusões serão aferidas de acordo com a análise desenvolvida (Berg, 2001). São elas: “os constrangimentos políticos e técnicos interferem na tomada de decisão dos agentes do desenvolvimento. Na ótica dos doadores no que diz respeito ao financiamento e da ótica dos recetores no que diz respeito à manutenção da sua soberania e à apropriação das políticas que os afetam”; “Os constrangimentos políticos e técnicos tornam-se transversais, na medida em que os agentes do desenvolvimento procuram socorrer-se de questões técnicas - como a avaliação - para precaver constrangimentos políticos – como a camuflagem de interesses securitários através dos objetivos de APD”; e “os constrangimentos políticos e técnicos variam de acordo com o nível de análise, consoante as discussões se desencadeiem ao nível macro (da discussão global) ou ao nível meso (dos programas de desenvolvimento regionais e das iniciativas em que se enquadram os casos do G7+ e da Declaração de Genebra)”.

Modelo de Análise da ligação segurança-desenvolvimento		
Pergunta de Partida: de que forma as dimensões de ordem política e de ordem técnica influenciam a inclusão/exclusão das políticas de segurança da agenda global para o desenvolvimento?		
	Dimensão Política	Dimensão Técnica
Eixos de Análise/Categorias	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem preventiva/reactiva (evidente na dualidade segurança/insegurança) - Abordagem direta/mediada (para inclusão de um objetivo sobre segurança na agenda do desenvolvimento pós-2015) 	<ul style="list-style-type: none"> - Questões da avaliação/mensurabilidade - Construção de sistemas de monitorização e recolha de dados viáveis

Indicadores dos Eixos de análise	- Número de referência a fatores de segurança e insegurança (relativamente à abordagem preventiva e à abordagem reativa, respetivamente);	- Número de referências à interação entre o contexto do conflito e os sistemas de avaliação (no caso da mensurabilidade/avaliação);
	- Número de referências à associação entre segurança e outras áreas como o Direito e a Justiça, a Governança ou o Ambiente.	- Número de referências à recolha de dados e relevância de documentos estatísticos (no caso do recurso a estatísticas/sistemas de monitorização).
Linhas de orientação da análise	<p>- “Os constrangimentos políticos e técnicos interferem na tomada de decisão dos agentes do desenvolvimento. Na ótica dos doadores no que diz respeito ao financiamento e da ótica dos recetores no que diz respeito à manutenção da sua soberania e à apropriação das políticas que os afetam”;</p> <p>- “Os constrangimentos políticos e técnicos tornam-se transversais, na medida em que os agentes do desenvolvimento procuram socorrer-se de questões técnicas - como a avaliação - para precaver constrangimentos políticos – como a camuflagem de interesses securitários através dos objetivos de APD”;</p> <p>- “Os constrangimentos políticos e técnicos variam de acordo com o nível de análise, consoante as discussões se desencadeiem ao nível macro (da discussão global) ou ao nível meso (dos programas de desenvolvimento regionais e das iniciativas em que se enquadram casos como o G7+ e a Declaração de Genebra) ”.</p>	

Quadro 1: Modelo de Análise (autoria da própria) – 1º quadro do Capítulo II

Metodologia

O *corpus* da dissertação é formado pelas unidades de análise definidas, isto é, pelo material empírico que sustenta a análise. Neste caso, são nove documentos referentes à discussão do ponto 3 da ordem de trabalhos do oitavo debate do OWG e apresentados no quadro abaixo:

A: Remarks for the Eighth session of the Open Working Group on Sustainable Development Goals, in the co-chairs discussion on ‘Conflict prevention, post-conflict peacebuilding and the promotion of durable peace, rule of law and governance’ (Tomlinson, 2014)
B: Move the Money! Disarm to Develop! Military Spending and the UN Post-2015 Development Agenda (IPB, 2014)
C: Contribution of Local and Regional Governments to the OWG8 New York, 3-7 February 2014 (GTF, 2014)
D: Statement by Minister Counsellor LEE Yongsoo, For the 8thSession of the SDGs OWG Friday, 7 February 2014, New York (Yongsoo, 2014)
E: Conflict prevention, post-conflict peacebuilding and promotion of durable peace, rule of law and governance Statement on behalf of France, Germany and Switzerland Delivered by Ambassador Michael Gerber, Switzerland (Gerber, 2014)
F: OWG 8 discussion on conflict prevention, post-conflict peacebuilding and the promotion of durable peace, rule of law and governance, Australia, Netherlands UK Troika statement (Australia, et al., 2014)
G: Statement By H.E. Ms. Sofia Borges Ambassador and Permanent Representative of Timor-Leste to the United Nations to the Eighth Session of the Open Working Group on Sustainable Development Goals Conflict Prevention, Post-conflict Peacebuilding and the Promotion of Durable Peace, Rule of Law and Governance 6 February 2014 New York (Borges, 2014)
H: Statement By Jeanne Byaje Deputy Permanent representative Of Rwanda to the United Nations 8TH Session of the Open Working Group on Sustainable Development Goals Conflict Prevention, Post-Conflict Peace building and Promotion of Durable Peace, Rule of Law and Governance (Byaje, 2014)
I: Statement Delivered By Mr. Owen Mugelezulu, Director for the Department of Planning

and Information, Ministry of Home Affairs on the Theme: Conflict Prevention, Pos-conflict Peacebuilding and the promotion of Durable Peace, Rule of Law and Governance at the Eight Session of The Open Working Group on Sustainable Development Goals (Mugelezulu, 2014)

Quadro 2: Material empírico referente às unidades de análise – 2º quadro do Capítulo II

Os critérios de seleção dos citados documentos basearam-se na importância de escolher intervenientes no processo com diferentes perspetivas, pelo que os três primeiros dizem respeito a Organizações da sociedade Civil, cuja escolha se prendeu com a sua proximidade às questões de segurança. No caso do Quaker United Nations Office (QUNO), - uma ONG que engloba nas suas áreas de atuação missões de peacebuilding, desarmamento e prevenção de conflitos, e que atua junto de entidades internacionais preponderantes no processo pós-2015, como a ONU - deveu-se ainda à sua relação de parceria com a Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento (um dos casos práticos mencionados mais à frente neste trabalho).

Os três seguintes constituem declarações de países doadores (a Austrália, os Países Baixos e o Reino Unido; a Alemanha, a França e a Suíça; e a República da Coreia) e os três últimos manifestam a posição de países recetores (a Zâmbia, o Ruanda e Timor-Leste). Foram escolhidos de maneira a oferecerem a perspetiva doadora e recetora, favorecendo uma análise mais ampla e completa das posições relativamente ao enquadramento de um objetivo, meta ou indicador sobre segurança na agenda pós-2015 para o desenvolvimento. Além disso, representam membros do G7+ (como Timor-Leste) e da Declaração de Genebra (todos os implicados), cujos encontros periódicos os tornam agentes ativos nas discussões sobre a ligação segurança-desenvolvimento.

O material empírico foi analisado de forma sistemática ao nível do conteúdo, definindo-se categorias que ajudam a sistematizar a apresentação dos resultados quantitativos, com o propósito de perceber a influência que os constrangimentos de dimensão política e de dimensão técnica conseguem exercer na ligação segurança-desenvolvimento, particularmente nos debates sobre os ODS. Fazendo-o através dos discursos efetuados nestes debates, espera-se igualmente aferir o impacto de cada uma das dimensões, isto é, se a influência é equilibrada, recebendo ambas a mesma atenção ao nível do discurso ou se a preocupação com uma acaba por destaca-la relativamente à outra. Ao longo da análise, a apresentação da

frequência com que cada categoria é referida diz respeito ao somatório dos vários documentos. Aquando das conclusões, confrontar o material empírico com o modelo de análise permitirá perceber a forma como as categorias definidas se aplicam, bem como aferir as linhas de orientação da análise.

Como já mencionadas no modelo de análise descrito na secção acima, as categorias - ou eixos de análise - que operacionalizam a análise, (considerando que as categorias 1-4 dizem respeito à dimensão política subjacente à ligação em análise e as categorias 5 e 6 dizem respeito à dimensão técnica da mesma), são:

1. A abordagem reativa
2. A abordagem preventiva
3. A abordagem direta
4. A abordagem mediada
5. A referência a métodos de avaliação/mensurabilidade
6. A referência à recolha de dados e estatísticas/sistemas de monitorização

Propostas sobre o futuro da ligação segurança-desenvolvimento no período pós-2015: G7+ e Declaração de Genebra

O G7+ e a Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento (Declaração de Genebra) constituem iniciativas diplomáticas de alto nível (com representação ministerial dos seus Estados-membros) e procuram apresentar propostas de convergência entre as áreas da segurança e do desenvolvimento através da mitigação das condições de insegurança. Ambas lidam com as consequências negativas de fatores de insegurança como os conflitos e a fragilidade (G7+) ou a violência armada/física, o tráfico e a proliferação de armas (Declaração de Genebra), pelo que responsabilizam a insegurança pelos fracos índices de desenvolvimento dos países que representam ((GD, 2006); (G7+, 2011)).

O G7+ representa Estados-frágeis como o Afeganistão, a República Centro-Africana, a Costa do Marfim, a República Democrática do Congo, o Haiti, a Serra Leoa, Timor Leste, a Libéria, o Chade, o Burundi, os Camarões, a Guiné, a Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, o Togo, o Yémen, o Sudão do Sul, a Somália, a Papua Nova-Guiné e as Ilhas Salomão. O principal

objetivo destes países é aumentar a atenção face à condição de fragilidade em que vivem as populações de Estados em situação de conflito ou pós-conflito, a principal causa do seu precário nível de desenvolvimento.

O G7+ publicou uma proposta, o “New Deal for Engagement in Fragile States” (G7+, 2011), com o propósito de colmatar a lacuna que acredita existir a nível de políticas internacionais para o desenvolvimento no que toca a contextos de crise e conflito (ou pós-conflito) caracteristicamente frágeis. Por isso, a proposta é apresentada como uma tentativa de adaptar a futura agenda para o desenvolvimento à condição concreta dos Estados-frágeis. O objetivo do New Deal será, sobretudo, que os Estados-frágeis consigam cumprir as metas definidas globalmente, mas mediante um processo específico para a sua situação. Mais concretamente, através dos Peacebuilding and Statebuilding Goals (PSGs) (cujos indicadores permitirão aferir os resultados alcançados), uma vez que estes objetivos se focam diretamente nas necessidades particularmente características dos Estados-frágeis e em situação de pós-conflito. Isto não significa que o G7+ pretende apresentar uma proposta paralela à agenda global. Espera antes que esta proposta sirva para dar maior ênfase à condição dos Estados-frágeis no contexto da APD, inspirando a criação de um eventual objetivo - que vise a fragilidade - na futura agenda do desenvolvimento (IDPS, 2013b).

Por sua vez, a Declaração de Genebra resultou de uma iniciativa do governo suíço em parceria com o PNUD em Junho de 2006 e estabelece a relação entre violência armada e desenvolvimento. Atualmente subscrita por mais de 100 Estados, a Declaração assume-se como um compromisso político através do qual a comunidade doadora internacional e os Estados diretamente afetados pela violência armada unem esforços para encontrar meios para mitigar a violência armada a todos os níveis (político, criminal, ...), uma vez que esta é entendida como uma das principais causas do fraco desenvolvimento dos países e sociedades ao nível global. Como tal, a Declaração apresenta-se como um mecanismo de apoio aos Estados e à sociedade civil no sentido de colmatar as consequências negativas decorrentes da perpetração de situações de violência e alerta para o impacto negativo que esta correlação poderá ter na prossecução dos ODM. Assim, os Estados signatários concordam ser crucial vincular as estratégias de redução da violência armada e de prevenção de conflitos debatidas aos programas nacionais para o desenvolvimento de cada um. Consideram ainda crucial a criação e/ou aperfeiçoamento dos sistemas de monitorização que permitam aferir e avaliar programas, objetivos e resultados de forma viável e sólida (Small Arms Survey, 2013). Só

assim será possível uma cooperação multilateral mais estreita e que permita alcançar medidas concretas e mensuráveis no contexto da violência armada até 2015 e dali em diante, seja em ambientes de conflito ou não ((GD, 2006); (GD, 2011)).

Tanto o G7+ como a Declaração de Genebra se demonstraram contributos úteis para o modelo de análise, uma vez que mencionam as categorias definidas no mesmo, nomeadamente, a abordagem reativa, a intenção de uma abordagem direta à criação de um objetivo sobre insegurança na agenda global pós-2015, bem como referências à importância de sistemas de monitorização viáveis e de processos de avaliação rigorosos. Tal está patente na premissa que apresentam e que aponta a insegurança como entrave ao desenvolvimento, assim como na ambição de introduzir um objetivo concreto que vise o combate a fatores de insegurança na agenda global pós-2015, e na importância com que abordam o papel da avaliação e dos sistemas de monitorização. Estes são utilizados como um meio para estabelecer um nexo de causalidade entre os fatores de insegurança e o desenvolvimento: sendo possível aferir com rigor e credibilidade o impacto negativo dos fatores de insegurança no desenvolvimento, bem como os resultados obtidos com um objetivo concreto sobre o tema, seria mais fácil controlar eventuais pretensões políticas de manipular os programas de APD.

Outra conclusão interessante que a apresentação dos casos meso permitiu constatar, indo de encontro ao modelo de análise, é que ao nível meso (como nos debates do G7+ ou da Declaração de Genebra), embora exista também um vasto número de atores envolvidos, parece existir maior convergência de opinião face ao tema, minimizando um pouco os constrangimentos políticos e destacando os mais técnicos. Isto é, no caso de debates como aqueles que acontecem ao nível do G7+ ou da Declaração, acabam por predominar as preocupações associadas à criação de objetivos e indicadores que permitam aferir resultados (de programas em contexto de conflito ou fragilidade, e relativamente à questão das armas), e ao aperfeiçoamento de sistemas de monitorização e de recolha/tratamento de dados estatísticos que contribuam para aquele mesmo processo.

Capítulo III: Segurança e desenvolvimento na agenda global pós-2015

Embora o debate sobre os ODM seja constante desde a sua criação, foi em 2012 que o mesmo mais se aprofundou, surgindo reflexões acerca da continuidade do processo. Comunidade académica e científica (como os investigadores do Overseas Development Institute, cujas

publicações no ano de 2012 incidem sistematicamente no futuro pós-ODM), organizações da sociedade civil e instituições internacionais (ONU, OCDE) mostraram preocupação com o futuro e começaram a surgir propostas sobre o rumo que as políticas globais para o desenvolvimento do período pós-2015 deveriam tomar.

A agenda pós-2015 para o desenvolvimento global

Contextualização

Mais uma vez, a ONU responsabilizou-se pela elaboração de uma agenda onde constassem os princípios orientadores das ações para o desenvolvimento global. Para dar início ao processo pós-2015, o Secretário-geral das Nações Unidas (SGNU) Ban Ki-moon nomeou – em Janeiro de 2012 - uma equipa, a UN System Task Team. Liderada pelo Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais (UNDESA) e pelo PNUD a equipa é composta por cerca de 60 agências das NU e contribui para o processo de elaboração da agenda pós-2015 através do trabalho de investigação e agregação de dados úteis à criação de objetivos, metas e indicadores para o novo período. Ou seja, é uma equipa que equilibra o apoio científico - dedicando dois grupos de trabalho à pesquisa de investigação sobre a parceria global para o desenvolvimento, a monitorização e os indicadores do processo - com o apoio técnico – criando uma Equipa de Apoio Técnico para auxiliar o OWG, ao estabelecer uma plataforma de informação destinada à partilha de experiência entre este e as NU. O primeiro relatório da UN System Task Team foi lançado ainda em 2012 e oferecia uma perspetiva sobre a posição das NU para o período pós-2015 (UNDESA, 2014).

Em Julho do mesmo ano, o SGNU nomeia também PAN que ficaria sob liderança partilhada dos Presidentes da Libéria e da Indonésia e do Primeiro-ministro do Reino Unido. Com o objetivo de oferecer uma visão mais ampla, completa e equilibrada, fazem-se representar no Painel indivíduos da sociedade civil, da comunidade académica e científica, dos Governos, bem como entidades do setor privado. O relatório oficial foi apresentado em Maio de 2013 e apresentava uma proposta de agenda global, como pormenorizado mais adiante no presente trabalho (UN, 2013).

Em Janeiro de 2013, no âmbito dos trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) na Cimeira do Rio – “Rio+20” -, é elaborado o documento “The Future We Want” (ONU, 2012) que determina a constituição de um OWG. A tarefa do OWG é a de formular uma proposta de ODS a ser debatida numa série de encontros periódicos entre Setembro de

2013 e Setembro de 2014, sendo que a mesma foi disponibilizada em Julho de 2014⁷. Através de um sistema de representação *had hoc* – útil para órgãos de representação limitada da AGNU - este grupo de trabalho é composto por 30 membros que, por sua vez, se agregam em “equipas de países” (1-4 Estados-membros representados na AGNU). Porém, cabe ao OWG decidir o seu método de trabalho, nomeadamente os contornos da participação de especialistas e personalidades relevantes para o processo da sociedade civil, comunidade académica e científica, bem como do próprio sistema das NU (UNDESA, 2014).

De forma a complementar e enriquecer o processo, as NU determinaram que paralelamente seriam levadas a cabo iniciativas que permitissem, por um lado, um conhecimento mais aprofundado das necessidades a abordar de forma mais urgente e, por outro lado, um maior entrosamento dos vários níveis de análise envolvidos no processo (nacional, regional e global). Para tal, e para promover um diálogo global mais inclusivo, foram desenvolvidos inquéritos nacionais e globais em mais de 60 países desenvolvidos e em desenvolvimento, de forma online ou presencial e personalizados às características e necessidades dos participantes. Serve de exemplo a iniciativa “My World”, através da qual a participação dos cidadãos é facilitada, não lhes sendo exigida qualquer adesão. Só têm de seleccionar 6 prioridades que entendam mais urgentes na sua região, depois do que os resultados são submetidos à Secretaria do PAN. Foram também elaborados 11 inquéritos temáticos nas mais variadas áreas de trabalho das NU – incluindo conflitos e fragilidade. Estes seriam supervisionados por agências das NU em parceria com a sociedade civil, o sector privado, comunidade académica e científica e os Governos e teriam como objetivo maior analisar o eventual lugar de cada tema numa futura agenda, formas mais indicadas de o abordar e a relação entre eles (UNDESA, 2014).

Aqui enquadram-se ainda os trabalhos das Comissões Económicas Regionais que, através de inquéritos regionais procuram obter uma perspectiva regional o mais próxima da realidade possível sobre a agenda pós-2015; da Sustainable Development Solutions Network, uma rede global e independente de universidades, centros de investigação e institutos técnicos, liderada por Jeffrey Sachs e que trabalha em conjunto com a sociedade civil e empresarial, bem como

⁷ Open Working Group (2014) *Introduction to The Proposal of The Open Working Group for Sustainable Development Goals*, OWG New York, disponível em http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/4518SDGs_FINAL_Proposal%20of%20OWG_19%20July%20at%201320hrsver3.pdf [consultado em 18 de Setembro de 2014].

com agências das NU e outras Organizações Internacionais (OIs). Apoiando a nível técnico o trabalho do PAN, esta rede incumbe 10 grupos de especialistas globais da tarefa de pesquisar e formular possíveis soluções para 10 áreas do desenvolvimento sustentável; e da UN Global Compact que se responsabiliza por maximizar a participação do sector privado e empresarial no processo de discussão pós-2015 (UNDESA, 2014).

A existência das várias equipas supracitadas envolvidas no processo de discussão para a agenda pós-2015, justificou a criação de um Grupo Informal Sénior de coordenação. Este fez-se compor por 4 assistentes do SG (um do Desenvolvimento Económico do UNDESA; um das Políticas de Desenvolvimento do PNUD; um da Política e Programa da UNWomen; e um assistente Especial do Planeamento para o Desenvolvimento pós-2015) e deveria assegurar a coerência e coordenação entre as equipas de trabalho que, ainda assim, manteriam um nível considerável de autonomia (UNDESA, 2014).

O trabalho do Painel de Alto Nível

Como acima mencionado, o PAN para a Agenda do Desenvolvimento pós-2015 foi nomeado pelo SG das NU e conta com a representação dos governos de países doadores e países beneficiários da ajuda ao desenvolvimento, assim como de membros da sociedade civil, do sector privado ou das comunidades académica e científica. O desempenho das suas funções beneficiou do auxílio das restantes equipas⁸ intervenientes no processo e através de um trabalho exaustivo de pesquisa, investigação, agregação e tratamento de dados e informações e discussão (através da UN System Task Team e do OWG), bem como de suporte técnico e ações no terreno (por parte das Comissões de Inquérito e da Sustainable Development Solutions Network) apresentou, em Maio de 2013, um relatório com as principais conclusões acerca do ponto de situação da corrente agenda para o desenvolvimento e de discussões sobre o futuro da mesma. No fundo, procura responder às questões: *o que foi feito? E o que fazer a seguir?* (UN, 2013).

Interessa ressaltar a natureza do debate, que prima pela diversidade de intervenientes (institucionais e não-institucionais, doadores e recetores, sociedade civil, especialistas académicos, etc) no processo que se revelou uma mais-valia, já que permitiu equilibrar os

⁸ Apresentadas no tópico “Contextualização” da secção “A agenda pós-2015 para o desenvolvimento global”.

pontos de vista existentes e obter um leque mais vasto sobre as prioridades a incluir na agenda (UN, 2013).

Acima de tudo, o PAN procurou começar por refletir sobre o trabalho feito pela agenda-ODM definida em 2000 para basear a sua proposta de agenda para o futuro da ação para o desenvolvimento. Desta forma, acabou por agir num pressuposto de “lessons learned”, defendendo uma adaptação da agenda-ODM ainda a decorrer. Ou seja, não desperdiçar o trabalho conseguido com os ODM, tentando conciliá-los com eventuais objetivos que surjam durante as atuais discussões sobre uma agenda sucessora. O principal objetivo consistiu em criar um guia de ação para a cooperação e ajuda ao desenvolvimento que, embora formulasse novas propostas, não descurasse os progressos alcançados até à data ((UNDESA, s.d.); (UN, 2013)).

Relativamente às adaptações à agenda ODM, estas vão sobretudo no sentido de colmatar algumas das principais lacunas que lhe foram apontadas, designadamente o reconhecimento dos progressos alcançados. Os ODM apenas assumiam o alcance da meta que haviam estabelecido, ignorando os progressos feitos nesse sentido. Ou seja, uma vez que os ODM apenas consideravam, oficialmente, o alcance (ou não) global do objetivo, os países em que tal não se verificasse eram rotulados de “fracassados” - mesmo que tivessem obtido sucesso em algumas das metas estabelecidas. Exemplo disso são os PED onde, embora sem capacidade para concluir o objetivo total, se alcançaram progressos notáveis e contudo desvalorizados. Para tentar colmatar esta falha o PAN identifica a necessidade de atender mais aos contextos e especificidades nacionais e admitir oficial e estatisticamente os progressos conseguidos mesmo quando o objetivo total não tenha sido concretizado (UN, 2013). Este problema esteve intimamente ligado à abordagem “one size fits all”, atribuída aos ODM. Considerou-se que o carácter demasiado genérico da matriz tornava as metas e os indicadores demasiado vagos e por vezes até descontextualizados, o que dificultava o rigor da informação sobre a prossecução dos mesmos e levantava problemas na altura de avaliar o desempenho dos países (Bonnel & Michailof, 2012).

Por outro lado, destacou-se a falta de atenção que os ODM dedicaram às vertentes económica, ambiental e social, ao menosprezar questões importantes (e frisadas na Declaração do Milénio) como a falta de sustentabilidade produtiva e de consumo, a falta de aposta na melhoria institucional e governativa dos países que garantisse liberdades e direitos aos

cidadãos, o impacto destrutivo dos conflitos e da violência sobre as condições de vida das sociedades, ou os efeitos negativos que o aumento do investimento privado nos Países em Desenvolvimento (PED) tem provocado nos fluxos de APD (UN, 2013).

A reflexão do PAN sobre a evolução das políticas de desenvolvimento globais desde 2000 parece deixar transparecer, sobretudo, a falta de atualização da agenda ODM. No fundo, a par de imperfeições estruturais e da resposta insuficiente aos “velhos” problemas (como a violência e os conflitos), a agenda-ODM parece evidenciar pouca capacidade para abarcar as necessidades e desafios de um mundo em constante mutação (refletidas em problemas associados ao ambiente, às novas tecnologias, bem como à crescente necessidade de integração, fruto de uma globalização mundial cada vez mais acentuada) (UN, 2013).

O PAN procurou essencialmente adaptar a agenda existente de maneira a respeitar e salvaguardar os seus sucessos e, simultaneamente incluir medidas consideradas indispensáveis para solucionar algumas das insuficiências reconhecidas. Nomeadamente, salientam-se os avanços notáveis e sem precedentes na luta contra a pobreza, que se mantém como fio condutor da nova agenda. Da mesma maneira, sublinham-se as já abarcadas metas relativas à saúde, à educação, ao acesso à água potável ou ao combate à fome. Isto significa que o cerne principal da questão se mantém inalterado e que as novas propostas assentam nos ODM já existentes e nos resultados conseguidos com a prossecução dos mesmos. O PAN pretende, por isso, elaborar uma proposta que vise a adaptação e o aperfeiçoamento da agenda já existente e que evidencie um carácter mais ambicioso (UN, 2013).

Ciente de que este processo tem um carácter técnico bastante saliente, exigindo a definição concreta de objetivos, metas e resultados, o PAN aposta numa distinção clara entre os três conceitos. Os objetivos, espelhando compromissos simultaneamente ambiciosos e específicos, devem ser curtos e concisos de modo a obrigar à concreta definição de prioridades. As metas, enquanto tentativa de operacionalizar os objetivos, devem representar uma tarefa quantitativa e concreta que contribua para o alcance do objetivo a que está associada. No fundo, deve manifestar um resultado que se pretende obter auxiliando a prossecução do objetivo final. Os indicadores representam rácios concretos disponíveis em bases de dados reconhecidas e permitem avaliar o cumprimento das metas (UN, 2013: 57).

Neste sentido, procura materializar a ligação entre a segurança e o desenvolvimento através da proposta de um objetivo concreto associado à construção de sociedades estáveis e

pacíficas. No seu relatório, sugere assim um 11º objetivo denominado “Assegurar sociedades estáveis e pacíficas”, cujas metas seriam:

reduzir os homicídios (em determinado rácio) e eliminar todas as formas de violência contra crianças; assegurar um sistema de justiça acessível, independente, sólido e promotor dos direitos de quem lhe recorre; combater fatores de pressão externos, responsáveis pela escalada de crises e conflitos (incluindo o crime organizado); garantir a capacidade, profissionalismo e confiança nas forças de segurança, polícia e no sector judiciário (UN, 2013: 52).

Porém, o objetivo e as metas transcritos não se fazem acompanhar dos respetivos indicadores, o que parece confirmar a dificuldade inerente à questão. Os indicadores devem ser estabelecidos numa perspetiva integrada que procure conciliar interesses e perspetivas, assim como de forma conivente com os critérios de especificidade, exequibilidade e eficiência. Porém, o procedimento não é assim tão linear e acaba por ser prejudicado por obstáculos políticos e técnicos, como os apontados ao longo desta secção e que, influenciando-se reciprocamente, condicionam a presença do item “segurança” nas agendas globais do desenvolvimento (Attree, 2013).

Assim, a nova agenda pretende-se mais flexível, embora concreta e direta, bem como mais equilibrada ao nível dos atores que envolve. Propõe-se, por isso, a funcionar numa perspetiva de complementaridade relativamente à decorrente de modo a, além de aperfeiçoar os seus pontos fracos, acrescentar-lhe tópicos ausentes (como o aumento das preocupações ambientais e com a sustentabilidade acima mencionados, ou a segurança de forma direta). Pode mesmo considerar-se uma espécie de viragem no contexto da APD, cujos padrões tradicionais desafia. Isto é particularmente evidente no que diz respeito à cooperação norte-sul que se pretende mais equilibrada e à ênfase mais acentuada na cooperação sul-sul. Esta nova dimensão no âmbito da cooperação internacional e da APD reflete as decisões de sucessivos encontros em conferências de alto nível como as de Roma, Paris, Accra e Busan onde o foco principal da discussão foi a eficácia da ajuda. Estes encontros representaram mudanças importantíssimas na orientação da cooperação e ajuda ao desenvolvimento, ao colocarem a tónica na perspetiva dos recetores. Ou seja, a tradicional visão focada no papel dos doadores e tantas vezes acusada de privilegiar a ocidentalização das políticas de desenvolvimento perde a força diante do novo estatuto reclamado pelos apoiantes de uma visão menos simplista e mais justa da cooperação para o desenvolvimento ((Aryeetei, et al., 2012); (Chade, 2012)).

Em resultado, as decisões plasmadas na Declaração de Paris – em concreto, o conceito de apropriação – direcionaram as atenções para os países recetores que assim puderam fazer-se ouvir e reclamar por políticas internacionais para o desenvolvimento mais personalizadas, contextualizadas e específicas à realidade em que são aplicadas, destacando a importância do nível nacional para o sucesso das mesmas políticas. O argumento ia principalmente no sentido em que as reais necessidades das populações não eram atendidas e que essa falta de contextualização e conhecimento do terreno por parte das missões para o desenvolvimento colocava em causa, no longo prazo, a sustentabilidade das políticas implementadas ((Locke & Wyeth, 2012); (OCDE, 2006)).

Em suma, pode dizer-se que a nova agenda para o desenvolvimento pauta por uma atitude menos convencional, baseando-se mais na ótica dos recetores que na dos doadores. Mantendo o combate à pobreza (ambiciosamente almejando a sua total erradicação), e reiterando as questões de sustentabilidade, como a bandeira principal da ação para o desenvolvimento, o Painel relembra a existência de temas igualmente essenciais e que não podem mais ser relegados para segundo plano aquando da concretização das políticas. Defende também o reforço das parcerias entre os vários atores envolvidos na área da cooperação para o desenvolvimento e, conseqüentemente, o fim do carácter prescritivo que a tem marcado e que deverá dar lugar à convergência face a soluções conjuntamente estabelecidas. Esta necessidade de foco, convergência e harmonia exige que os temas que pretendam um lugar na agenda ODS assentem em argumentos sólidos que lhes legitimem a presença e que justifiquem a sua escolha entre tantos outros relevantes (UN, 2013).

Capítulo IV: A análise da ligação segurança-desenvolvimento nos debates sobre os ODS

O trabalho do PAN descrito no capítulo anterior baseou os trabalhos do OWG que incluem a discussão sobre o tema da segurança e a sua ligação ao desenvolvimento, a dualidade que lhe está subjacente, assim como as respetivas dimensões⁹. A análise que se segue incide precisamente num conjunto de intervenções¹⁰ efetuadas numa dessas sessões do OWG, onde um dos pontos da ordem de trabalhos disse diretamente respeito a esta ligação.

Análise sistemática do material empírico¹¹

A oitava sessão do OWG para discussão dos ODS, em Fevereiro de 2014, contemplou na ordem de trabalhos o tema “Conflict prevention, post-conflict peace-building and promotion of durable peace, rule of law and governance” (OWG, 2014a).

O debate contou com intervenientes de diversos sectores, nomeadamente da sociedade civil, bem como de representantes tanto de países doadores como de países recetores. Isto permite desde logo perceber a multiplicidade de valores, perspetivas e objetivos que é necessário gerir nos debates sobre a futura agenda global para o desenvolvimento (a nível macro, neste caso).

Os dados (expostos na Tabela 3, Anexo A) resultantes da análise, referentes à frequência com que cada categoria é mencionada nos documentos, permitiram aferir:

Em primeiro lugar, qual o tipo de abordagem – reativa ou preventiva - à ligação segurança-desenvolvimento é privilegiado pelos intervenientes. Ou seja, se estes tendem a interpretar a relação entre os domínios da segurança e os do desenvolvimento a partir dos fatores de segurança ou se o fazem a partir dos fatores de insegurança.

Em segundo lugar, que abordagem, diante da possibilidade de incluir o tema da segurança na agenda pós-2015, recolhe maior consenso. Isto é, de que forma os intervenientes perspetivam a eventual inclusão do tema na futura agenda, se através de um objetivo específico e somente direcionado para a área da segurança (ou seja, mediante uma abordagem direta) ou se através da associação do mesmo a áreas como a governança, o direito ou a justiça (através de uma abordagem mediada).

⁹ Cnf. Capítulo I, Pp. 14-23, sobre os contornos da ligação segurança-desenvolvimento.

¹⁰ Cnf. Quadro 1 - secção Metodologia, Capítulo II - que agrega os documentos analisados.

¹¹ Cnf. Anexo B, Quadro 3 “Análise sistemática das unidades de análise”.

Em terceiro lugar, qual o papel atribuído à mensurabilidade/avaliação quando debatida a eventual inclusão do tema da segurança na agenda do desenvolvimento pós-2015, através da quantidade de referências à formulação de indicadores ou metas que suportassem essa inclusão.

Finalmente, qual a importância da recolha de dados estatísticos e da criação de sistemas de monitorização na decisão de incluir um objetivo onde figure o tema da segurança, através da quantidade de referências à existência, criação ou aperfeiçoamento desses mesmos sistemas, assim como ao acesso a estatísticas e informação viável ao processo de monitorização.

A partir desta tabela é igualmente possível aferir qual a dimensão mais destacada nos discursos dos intervenientes, o que contribuirá para as conclusões finais em que se procura aferir o nível de influência que a dimensão política e a dimensão técnica têm sobre a tomada de decisão acerca da possibilidade de incluir o tema da segurança na agenda pós-2015 para o desenvolvimento.

No que concerne à dimensão política, na categoria respeitante às abordagens reativa/preventiva à ligação segurança-desenvolvimento, é dada primazia à abordagem preventiva, sendo aquela que recolhe maior número de referências no conteúdo dos documentos analisados (75 face às 61 da abordagem reativa).

Ainda assim, é possível observar que as referências à abordagem reativa são predominantes nos discursos dos representantes da sociedade civil (25 referências, face a 16 dos doadores e 20 dos recetores), enquanto as referências à abordagem preventiva acabam por estar mais presentes nos discursos dos países recetores (29 referências face a 20 dos doadores e 26 da sociedade civil). Nestes em particular, é ainda de notar que, embora o número de referências à abordagem preventiva – 29 - (garantia da ausência de ameaças) se sobreponha ao número de referências à abordagem reativa – 20 - (combate a ameaças), essa diferença é relativamente equilibrada. Tal dever-se-á ao facto destes países considerarem essencial à sua sobrevivência e à melhoria do seu nível de desenvolvimento, não só garantir a ausência de ameaças como, simultaneamente, promover a criação de condições que lhes permitam apostar no seu desenvolvimento de forma sustentável e duradoura e, assim, reverter a sua condição¹². Merece

¹² Reitere-se que a Zâmbia, o Ruanda e Timor-Leste são países em desenvolvimento, sendo que Timor-Leste, enquanto membro do G7+, é considerado um Estado-frágil.

aqui referência a questão da capacitação, vista como um meio fundamental para os países recetores se dotarem dos instrumentos necessários à recuperação das suas estruturas (institucionais, governativas, sociais, económicas) e à eficaz manutenção e alocação dos seus recursos. Na nova agenda do desenvolvimento (tal como referido pelo PAN no seu relatório oficial (UN, 2013)) é crucial promover a construção de sociedades sólidas, robustas e capazes (particularmente em contextos mais frágeis e menos desenvolvidos), de maneira a aumentar progressivamente e de forma efetiva a sua responsabilização e sucessiva apropriação das políticas de desenvolvimento que lhes dizem respeito.

Relativamente à abordagem a adotar diante da inclusão hipotética do tema da segurança na agenda, a abordagem mediada (com 44 referências) é sobrevalorizada em detrimento da abordagem direta (4 referências). De facto, as referências a uma abordagem direta - mais verificáveis nos debates da sociedade civil (3 referências face a 0 dos doadores e 1 dos recetores) - são extremamente tímidas e numericamente muito inferiores ao número de referências à abordagem mediada. Tal deixa transparecer uma forte relutância, por parte dos intervenientes nos debates, face à atribuição de um objetivo próprio ao tema da segurança no conteúdo dos ODS. Consequentemente, e de acordo com os dados retirados das unidades de análise, os intervenientes na discussão sobre os ODS, sobretudo os países doadores, apoiam a eventual introdução de um objetivo que inclua questões de segurança, maioritariamente a partir da associação dessas questões a outras áreas temáticas (como a justiça, o direito e a boa governança, onde estão incluídos os princípios de capacitação, apropriação, eficiência, confiança ou competência).

No que concerne à dimensão técnica, o discurso dos intervenientes é dirigido sobretudo para a importância de avaliar os resultados dos objetivos definidos a partir de metas e indicadores concretos a que todos os textos fazem referência (27 referências face a 10 relativamente às estatísticas e sistemas de monitorização). Os discursos dos países doadores são aqueles em que, tanto as referências à importância da mensurabilidade/avaliação (12), como as referências ao acesso a dados estatísticos e à existência/criação/aperfeiçoamento dos sistemas de monitorização (8), enquanto pressupostos legitimadores da inclusão do tema da segurança na agenda global pós-2015, figuram maioritariamente.

Embora a categoria associada à recolha de dados e aos sistemas de monitorização, quando vista no conjunto dos três grupos representados, apresente menos referências (10), nos

discursos dos países doadores em particular acaba por aparecer bastante equilibrada face à categoria da mensurabilidade/avaliação. Pode discorrer-se daqui que a existência de material estatístico viável para aferir os resultados dos seus fluxos de ajuda, é um dos principais condicionamentos aos critérios de APD dos doadores, sendo estes quem parece refletir mais sobre os aspetos técnicos inerentes à inclusão da segurança na agenda pós-2015, quando a mesma é debatida.

A análise permitiu perceber que, discutindo sobre a ligação segurança-desenvolvimento no sentido de debater a hipótese de a materializar na futura agenda do desenvolvimento através de um objetivo concreto, os envolvidos apresentam-se bastante ponderados. Privilegiam uma abordagem preventiva e mediada, assente na definição de objetivos, metas e indicadores concretos e que favoreçam uma avaliação coerente dos respetivos resultados. Por outro lado, demonstram preocupação face à existência dos meios e recursos necessários à agregação do material necessário à avaliação (recolha de dados e material estatístico, existência/criação/aperfeiçoamento dos sistemas de monitorização), já que a maioria das intervenções lhes faz referência, ainda que isso não se verifique em número considerável.

Em termos de tomada de posições, os três grupos de intervenientes representados na análise dão primazia aos condicionamentos da dimensão política (184 referências, no total) relativamente àqueles que constituem a dimensão técnica (37 referências, no total). Todos se focam maioritariamente na interpretação da ligação entre a segurança e o desenvolvimento (ou seja, se a ligação deve assentar numa abordagem reativa ou preventiva, combatendo os fatores de insegurança ou apostando nos fatores de segurança, respetivamente). As organizações da sociedade civil apresentam 51 referências face a 9 relativamente à decisão sobre uma abordagem direta/mediada, os recetores 49 referências face a 11 relativamente à decisão sobre uma abordagem direta/mediada, e os doadores 36 referências para 28 relativamente à decisão sobre uma abordagem direta/mediada.

Apesar desta tendência, é perceptível a transversalidade de ambas as dimensões: discutir-se a introdução do tema de forma direta ou mediada implica sobretudo questões políticas, porém tem subjacente a componente técnica da criação de um objetivo. Além disso, a grande parte das referências às categorias da dimensão técnica são precisamente direcionadas para a possibilidade de precaver alguns constrangimentos políticos (fins e objetivos securitários, por

exemplo) e, através dessa causalidade, legitimar a eventual presença do tópico da segurança na futura agenda para o desenvolvimento.

Embora esta análise corresponda à 8ª sessão de debates do OWG, em Fevereiro de 2014, a proposta final do OWG para os ODS (baseada naquela e nas restantes sessões) apenas foi publicada em Julho seguinte. Através dela, o OWG propõe um conjunto de ODS, sendo que o 16º objetivo reflete precisamente as conclusões associadas ao tópico da prevenção de conflitos e reconstrução pós-conflito, promoção da paz duradoura, dos princípios do Estado de Direito e da boa governança (OWG, 2014b). Tal vai de encontro ao definido anteriormente pelo PAN no seu relatório oficial (UN, 2013), mas confere-lhe um carácter mais completo. De facto, o 11º objetivo formulado pelo PAN fez parte da proposta inicial para a nova agenda e inspirou os objetivos resultantes dos trabalhos do OWG. No entanto, os debates periódicos do último contribuíram para a evolução da discussão, afinando a proposta de objetivo, de maneira que a sua mais recente proposta para os ODS (OWG, 2014b) faz acompanhar os objetivos pelas respetivas metas.

A análise, mediante a aplicação das categorias subjacentes a cada dimensão, favoreceu conclusões úteis ao modelo de análise. De facto, permitiu constatar que as dimensões de ordem política e de ordem técnica exercem uma influência importante sobre a tomada de decisão em torno da eventual inclusão do tema da segurança na agenda global do desenvolvimento. Desta forma, foi possível aferir as linhas de orientação da análise propostas, com exceção da última relativa à oscilação do impacto dos constrangimentos, consoante os debates decorram a nível macro ou meso. Isto deve-se ao facto de, no material empírico, as referências à ligação segurança-desenvolvimento serem feitas somente ao nível do debate macro, acerca do eventual enquadramento da ligação no contexto concreto dos ODS. Mesmo as referências às políticas nacionais estão enquadradas no debate macro decorrendo no âmbito dos ODS e não de programas regionais. Questões como a responsabilização e apropriação das políticas de desenvolvimento por parte dos beneficiários para que se aposte no desenvolvimento destes países através do aperfeiçoamento dos seus próprios meios, recursos e capacidades, são preocupações que se pretendem plasmadas nos princípios dos ODS.

Verificam-se também a partir do material empírico, de forma interessante, alguns pontos de divergência e outros de convergência relativamente à literatura e às perspetivas teóricas apresentadas anteriormente neste trabalho.

No que diz respeito às dimensões afetas à ligação segurança-desenvolvimento, material teórico e material empírico divergem, por um lado, porque o primeiro privilegia uma abordagem reativa à ligação ao argumentar, sobretudo, com base nos impactos negativos da insegurança no desenvolvimento e, conseqüentemente, com a necessidade de os combater. Ao contrário, o segundo equaciona-a maioritariamente através de uma abordagem preventiva, promovendo a ausência de ameaças em paralelo com a construção de sociedades sólidas e de confiança e a capacitação das estruturas e populações dos beneficiários da ajuda com vista a uma apropriação efetiva, pelos mesmos, das suas políticas de desenvolvimento.

Por outro lado, o predomínio de referências a elementos da dimensão técnica na teoria contrasta com o destaque dado pelo material empírico às questões inseridas na dimensão política. De facto, a teoria procura estabelecer e justificar um nexu de causalidade entre os domínios da segurança e do desenvolvimento através de elementos técnicos (como a avaliação), enquanto o material empírico se debruça sobretudo sobre a abordagem a adotar relativamente à ligação e à forma de incluir o tema da segurança na agenda do desenvolvimento. Isto significa que, ao nível do trabalho teórico, os autores procuram apoiar-se na possibilidade de aferir resultados concretos como forma de viabilizar a ligação segurança-desenvolvimento e salvaguardar a manutenção do tema na agenda global de eventuais constrangimentos políticos. Por outro lado, significa também que, em discussões mais práticas (como exemplifica o material empírico), predominam essencialmente preocupações políticas, como a gestão de interesses, prioridades ou intenções.

Já no que diz respeito mais concretamente aos constrangimentos e oportunidades que, inseridos nas dimensões política e técnica, acabam por afetar a ligação entre a segurança e o desenvolvimento, material empírico e material teórico convergem. Isto, já que ambas as dimensões analisadas encerram alguns dos referidos no enquadramento teórico e na revisão da literatura. Por um lado, refletem sobre constrangimentos como a manutenção de interesses, a generalização e meios de avaliação e acesso a dados estatísticos ao considerar as questões da importância do contexto, da apropriação (quando falam em capacitação e reestruturação das sociedades), bem como a elaboração de metas e indicadores para avaliar resultados e as dificuldades associadas ao acesso e recolha de dados viáveis à análise de resultados.

Por outro lado, evidenciam a referência a algumas das oportunidades apontadas pela literatura ao debruçar-se sobre a possibilidade de incluir o tema agregado a outros, a melhoria dos

sistemas de monitorização ou a capacitação das sociedades de forma a torna-las mais robustas e capazes de se responsabilizar e apropriar das suas políticas. Desta forma, salvaguardam as relutâncias envolvendo questões de soberania e promovem a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento (favorecida pela evolução das capacidades em regular as próprias políticas).

Conclusão

A presente dissertação debruçou-se sobre a natureza dos debates em torno da futura agenda global para o desenvolvimento e, em particular, sobre o lugar que o tema da segurança ocupa na mesma. O principal propósito foi o de perceber a forma como é equacionada a ligação entre a segurança e o desenvolvimento e a sua eventual inclusão nos ODS.

Para isso, procedeu-se à contextualização do tema através do enquadramento teórico onde foram expostas as teorias escolhidas para abordar a questão e desconstruídos os conceitos e dimensões a ela associados. A partir da teoria foi possível constatar alguns dos principais constrangimentos e oportunidades inerentes à ligação segurança-desenvolvimento e que se inserem em duas dimensões principais: a política e a técnica.

Estas dimensões basearam a construção do modelo de análise, uma vez que permitiram encontrar os quatro eixos de análise (e respetivos indicadores) que conduziram a análise sistemática do material empírico. Por um lado, a dimensão política inclui: a abordagem preventiva/reactiva evidente na dualidade segurança e insegurança (analisada através das referências a fatores de segurança e insegurança); e a preferência por uma abordagem direta ou por uma abordagem mediada na inclusão de um objetivo sobre segurança na futura agenda do desenvolvimento, referida na secção sobre os constrangimentos inerentes à ligação em análise (analisada através das referências que associam a segurança a outras áreas como o Direito e a Justiça, a Governança ou o Ambiente). Por outro lado, a dimensão técnica inclui: as questões da avaliação/mensurabilidade (através das referências à interação entre o contexto do conflito e os sistemas de avaliação); e a referência à construção de sistemas de monitorização e recolha de dados viáveis, para elaboração de conclusões rigorosas sobre os resultados dos programas e políticas de desenvolvimento (através das referências à recolha de dados e relevância de documentos estatísticos).

Para aplicar o modelo de análise e testar as linhas de orientação que dele resultaram, com vista a responder por fim à questão de partida, foram apresentados e sistematicamente analisados nove documentos correspondentes à intervenção de alguns dos participantes na 8ª discussão do OWG sobre a prevenção de conflitos e reconstrução de conflitos, e a promoção da paz duradoura, dos princípios do estado de direito e da boa governança. Através desta análise procurou concluir-se acerca da influência que a dimensão política e a dimensão técnica exercem sobre a discussão - e consequente tomada de decisão - em torno da possibilidade de incluir o tema da segurança nos ODS.

A análise permitiu aplicar todas as categorias definidas previamente no modelo de análise e aferir as linhas de orientação propostas (com exceção da última). Assim, foi possível concluir que a tomada de decisão por parte dos agentes do desenvolvimento envolvidos na sessão do OWG em análise é condicionada de forma importante por aspetos de ordem política e de natureza técnica sendo que, embora não se menospreze a importância dos elementos técnicos no processo, as preocupações manifestadas são maioritariamente de cariz político. Confirma-se também a transversalidade das dimensões, na medida em que, por exemplo, a decisão de escolher incluir o tema na agenda de forma direta ou de forma indireta, tem subjacente a criação de um objetivo (e, consecutivamente, de metas, indicadores e pressupostos). Além disso e como constatado, embora não apareçam referidas em número considerável quando comparadas às referências à dimensão política, as questões técnicas são ponderadas por todos os intervenientes e de forma importante, com o intuito de conferir alguma solidez à causalidade que se procura estabelecer entre a segurança e o desenvolvimento. Por fim, o material empírico apenas nos oferece a perspetiva do debate macro, ou seja, a análise sistemática está associada a uma discussão a nível global. Isto significa que não foi possível aferir a última linha de orientação da análise proposta, pois não aparece outro nível de análise referido que não o da elaboração dos ODS (o nível global).

Verificou-se também que a preocupação em esclarecer o tipo de abordagem a adotar relativamente à ligação e à forma de a incluir no formato dos ODS, espelha a importante perceção acerca da necessidade de criar alicerces sólidos que justifiquem a manutenção de um objetivo sobre segurança na agenda global pós-2015. Com efeito, a proposta de ODS elaborada pelo OWG destaca sobretudo questões de sustentabilidade (enquanto valor e enquanto objetivo), pelo que o tema da segurança acaba por competir com outros igualmente

relevantes por um lugar de destaque nos debates internacionais sobre o próximo conjunto de metas.

Nesta dissertação foram ainda apresentados dois casos práticos, o G7+ e a Declaração de Genebra pois, durante a fase exploratória evidenciaram aspetos de interesse para enriquecer o modelo de análise. Por um lado, englobam algumas das categorias nele estabelecidas, ao evidenciarem políticas de atuação assentes numa abordagem reativa, direta e focada nos aspetos técnicos relativamente à ligação entre a segurança e o desenvolvimento. Como referido na secção “Propostas sobre o futuro da ligação segurança-desenvolvimento no período pós-2015: G7+ e Declaração de Genebra”, o G7+ e a Declaração de Genebra representam, em discussões a nível meso, um grupo de Estados-frágeis e Estados que procuram combater e mitigar as consequências da violência armada, respetivamente. Talvez por os seus membros partilharem desde logo objetivos muito concretos (sobre a reversão da condição de fragilidade e sobre o combate à violência armada e física), verifica-se maior convergência política, pelo que as preocupações são maioritariamente de natureza técnica. Isto contribui de forma interessante para o modelo de análise, já que acaba por mencionar a última linha de orientação da análise que o material empírico não conseguiu aferir. Ou seja, os casos apresentados permitiram verificar que o tipo de constrangimentos e respetiva influência variam de acordo com o nível de análise: se a nível meso, os casos demonstraram priorizar a dimensão técnica, a nível macro, os participantes no 8º debate do OWG, priorizaram a dimensão política.

As conclusões retiradas da análise empírica permitiram reflexões interessantes relativamente à teoria, nomeadamente no que diz respeito à dualidade segurança/insegurança. Esta foi apresentada enquanto enquadramento teórico na medida em que, envolvendo dois tipos de abordagem (preventiva/reativa) à ligação segurança-desenvolvimento, a definição daqueles conceitos se tornou fundamental para compreender a complexidade da ligação estudada. No entanto, a própria dualidade – parte da dimensão política associada à ligação – acabou por materializar um dos principais constrangimentos à ligação segurança-desenvolvimento. Realmente, o facto de envolver as supracitadas abordagens, que variam consoante se estimule a prossecução de fatores de segurança ou o combate a fatores de insegurança, evidencia a vulnerabilidade conceptual associada ao domínio da segurança e, invariavelmente, às questões que gravitam em torno do mesmo. Essa vulnerabilidade, que torna o conceito passível de múltiplas interpretações, algo permeáveis aos interesses e objetivos de quem as aplica,

influenciará de forma importante a tomada de decisão por parte dos intervenientes na discussão sobre os ODS.

Por outro lado, a análise empírica demonstrou que as opiniões entre a literatura e a discussão prática (neste caso, o 8º debate do OWG) divergem no grau de influência que associam a cada dimensão mas convergem nos constrangimentos/oportunidades que delas fazem parte. Isto significa que, embora uns e outros considerem as mesmas oportunidades e os mesmos problemas colocados à manutenção do tema da segurança na agenda do desenvolvimento, divergem relativamente ao nível de impacto que as dimensões em que eles estão inseridos exercem sobre a tomada de decisão. Em resultado, a teoria destaca a dimensão técnica e o material empírico destaca a dimensão política.

Finalmente, a avaliação enquanto salvaguarda de eventuais manipulações políticas é um dos argumentos mais recorrentes por parte da literatura mais otimista em relação à convergência entre a segurança e o desenvolvimento e evidencia a referida interligação entre as questões políticas e os aspetos técnicos. Desta perspetiva, os elementos técnicos parecem contribuir para um maior sentimento de confiança relativamente à ligação segurança-desenvolvimento, já que bem estruturada, a monitorização servirá para moderar as intenções políticas mais ambiciosas. Apesar disto – e de lhe serem feitas referências importantes através da proposta de objetivos e metas por parte dos intervenientes – a dimensão técnica em que se inclui este tipo de preocupações, não aparece tão destacada no material empírico.

A análise desenvolvida na presente dissertação demonstrou que os constrangimentos políticos e técnicos inerentes à ligação segurança-desenvolvimento são suscetíveis em relação aos níveis de análise e referidos de forma bastante díspar pelos intervenientes no debate sobre os ODS. Apesar disso, permitiu concluir igualmente que tal não invalida que esses constrangimentos influenciem de forma decisiva a manutenção de um objetivo de segurança na agenda para o desenvolvimento pós-2015, na medida em que são condições necessárias ao processo. Isto significa afirmar que, debatendo-se a existência de um objetivo concreto sobre segurança na futura agenda global para o desenvolvimento, aqueles constrangimentos verificar-se-ão invariavelmente.

Fontes e Bibliografia

- Abbass, J. et al., 2010. *Geneva Declaration on Armed Violence and Development: More Violence, Less Development. Examining the relationship between armed violence and MDG achievement*. Switzerland: s.n.
- Allouche, J. & Lind, J., 2013. *A New Deal? Development and Security in a Changing World*, United Kingdom: Institute of Development Studies.
- Amaro, R. R., 2004. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação: da teoria à prática e da prática à teoria. *Caderno de Estudos Africanos*, Março.
- Aryeetei, E. et al., 2012. *Getting to zero: finishing the job MDG's started*. s.l., s.n.
- Attree, L., 2013. An Integrated Vision for Peace and Development? Building on the High Level Panel's Report. *Journal of Peacebuilding and Development*, Vol. 8:2, 19 September, pp. 123-127.
- Australia, Netherlands & UK, 2014. *OWG 8 discussion on conflict prevention, post-conflict peacebuilding and the promotion of durable peace, rule of law and governance, Australia, Netherlands, UK Troika statement*. New York, Open Working Group.
- Autti, M., Rintakoski, K. & Initiative, C. M., 2008. *Comprehensive Approach - Trends, Challenges and Possibilities for Cooperation in Crisis Prevention and Management*. Finlândia, Ministry of Defense.
- Ayoob, M., 2011. State Making, State Breaking, and State Failure. In: E. M. McCandless & T. Karbo, edits. *Peace, Conflict and Development in Africa*. Switzerland: University for Peace, pp. 95-112.
- Bandara, A., 2012. *Post -2015 Global Development Agenda: a critical assessment of future options*, Tanzania: PNUD Tanzania.
- Bennett, C., 2012. *Aid Effectiveness in Fragile States: Lessons from the First Generation of Transition Compacts*. New York: International Peace Institute.
- Berg, B. L., 2001. *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. 4ª ed. United States of America: Allyn; Bacon.
- Blunt, P., Turner, M. & Hertz, J., 2011. The Meaning of Development Assistance. *Public Administration and Development*, No. 31, 5 Maio, p. 172–187.
- Bonnel, A. & Michailof, S., 2012. *A nossa casa arde a sul - para que serve a ajuda ao desenvolvimento?*. 1ª ed. Lisboa: Tinta-da-China.
- Borges, S., 2014. *Statement By H.E. Ms. Sofia Borges Ambassador and Permanent Representative of Timor--Leste to the United Nations to the Eighth Session of the Open Working Group on Sustainable Development Goals Conflict Prevention, Post---conflict Peacebuilding and the P*. New York, Open Working Group.
- Bowd, R. & Chikwanha, A. B., 2010. *Understanding Africa's Contemporary conflicts: Origins, challenges and peacebuilding*. s.l., Africa Human Security Initiative.
- Bujra, A., 2002. *African conflicts: Their Causes and Their Political and Social Environment*. Ethiopia, Development Policy Management Forum.
- Bush, K. & Duggan, C., 2013. Evaluation in Conflict Zones - Methodological and Ethical Challenges. *Journal of Peacebuilding & Development*, Vol. 8:2, 19 September, pp. 5-25.

- Bush, K., Duggan, C., McCandless, E. & Abu-Nimer, M., 2013. Evaluation in Violently Divided Societies: Politics, Ethics and Methods. *Journal of Peacebuilding & Development*, Vol. 8:2, 19 September, pp. 1-4.
- Buur, L., Jensen, S. & Stepputat, F., 2007. *The Security-Development Nexus: Expressions of Sovereignty and Securitization in Southern Africa*. Stockholm and Cape Town: Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala; HSRC Press, Cape Town.
- Byaje, J., 2014. *Statement By Jeanne Byaje Deputy Permanent representative Of Rwanda to the United Nations 8TH Session of the Open Working Group on Sustainable Development Goals Conflict Prevention, Post-Conflict Peace building and Promotion of Durable Peace, Rule of Law*. New York, Open Working Group.
- Cammack, D., McLeod, D., Menocal, A. R. & Christiansen, K., 2006. *Donors and the 'Fragile States' Agenda: A Survey of Current Thinking and Practice*, London: Poverty and Public Policy Group Overseas Development Institute.
- Carment, D., Samy, Y. & Landry, J., 2013. Transitioning Fragile States: a sequencing approach. *The Fletcher Forum of World Affairs*, vol.37:2 summer 2013, pp. 125-151.
- Chade, J., 2012. *The conflict and fragility agenda Post-Busan: Directions, Opportunities and Challenges*. Geneva, Geneva Peacebuilding Platform.
- Denney, L., 2012. *Security: The missing bottom of the Millenium Development Goals? Prospects for inclusion in the post-MDG development framework*. United Kingdom: Overseas Development Institute.
- Denney, L., 2013a. *Consulting the Evidence: How conflict and violence can best be included in the post-2015 development agenda?*. United Kingdom: Overseas Development Institute.
- Denney, L., 2013b. *The Broker - Connecting worlds of knowledge: Insecurity disrupts development, but peace doesn't drive it*. [Online] Available at: <http://thebrokeronline.eu/Blogs/Post-2015-shaping-a-global-agenda/Insecurity-disrupts-development-but-peace-doesn-t-drive-it> [Acedido em 10 Dezembro 2013].
- Devetak, R., 2005. Chapter 6: Critical Theory. In: S. Burchill, et al. edits. *Theories of International Relations*. New York: Palgrave MacMillan, pp. 137-160.
- Discaya, A., 2013. *Towards a Critical Securitization Theory: The Copenhagen and Aberystwyth Schools of Security Studies*. [Online] Available at: <http://www.e-ir.info/2013/02/01/towards-a-critical-securitization-theory-the-copenhagen-and-aberystwyth-schools-of-security-studies/> [Acedido em 10 Setembro 2014].
- Driscoll, R. & Evans, A., 2005. Second-Generation Poverty Reduction Strategies: New Opportunities and Emerging Issues. *Development Policy Review*, No. 23 (1), pp. 5-25.
- Esser, D. E. & Vanderkamp, E. E., 2013. Comparable and Yet Context-Sensitive? Improving Evaluation in Violently Divided Societies Through Methodology. *Journal of Peacebuilding and Development*, Vol. 8:2, 19 September, pp. 42-56.
- European Comission, 2013a. *Annual Report on the European Union's development and external assistance policies and their implementation in 2012*, Brussels: European Comission.

- European Commission, 2014. *Development and Cooperation - EUROPEAID*. [Online] Available at: http://ec.europa.eu/europeaid/what/security-conflict/index_en.htm [Acedido em 2 Maio 2014].
- European Commission, 2013b. *Joint Communication of The European Parliament and the Council - The EU's comprehensive approach to external conflict and crises*, Brussels: European Union.
- European Union, 2005. *EUR-Lex, Access to European Union Law*. [Online] Available at: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52005DC0134> [Acedido em 3 Maio 2014].
- Fitz-Gerald, A. M., 2004. Addressing the Security-Development Nexus: Implications for Joined Government. *Policy Matters*, Vol. 5, no. 5, July, pp. 1-24.
- Freitas, R., 2002. Human Security and Refugee Protection after September 11: A Reassessment. *Refuge*, Vol. 20, No. 4, pp. 34-44.
- Freitas, R., 2012. Apropriação e Desenvolvimento: Do discurso à prática na Declaração de Paris. *Análise Social*, 205, xlvii (4.º), 9 Março, pp. 818-841.
- Fukuda-Parr, S., 2003. The human development paradigm: operationalizing Sen's ideas on capabilities. *Feminist Economics*, pp. 301-317.
- Fukuda-Parr, S., 2007. *Rethinking the Policy Objectives of Development Aid: From Economic Growth to Conflict Prevention*. Finland, United Nations University - World Institute for Development Economics Research.
- G7+, 2011. *New Deal document - A New Deal for Engagement in Fragile States*. [Online] Available at: <http://www.g7plus.org/new-deal-document/> [Acedido em Fevereiro 2014].
- Gardner, A.-M., 2002. Diagnosing Conflict: What do we know?. In: F. O. Hampson & D. M. Malone, edits. *From Reaction to Conflict Prevention - Opportunities for the UN system*. London: Boulder: Lynne Rienner Publishers, pp. 15-37.
- Gartzke, E., Li, Q. & Boehmer, C., 2001. Investing in the Peace: Economic Interdependence and International Conflict. *International Organization*, Vol. 55, No. 2, pp. 391-438.
- Gauri, V. (. M., 2012. *MDGs that nudge: The Millennium Development Goals, Popular Mobilization, and the Post-2015 Development Framework*. New York, Yale University.
- GD, Geneva Declaration on Armed Violence and Development, 2006. *The Geneva Declaration on Armed Violence and Development*. Geneva: Geneva Declaration.
- GD, Geneva Declaration on Armed Violence and Development, 2011. *Global Burden of Armed Violence*, Geneva: Geneva Declaration Secretariat.
- GD, Geneva Declaration on Armed Violence and Development, 2014. *News - New Events: 2014 - Working together to end armed violence*. [Online] Available at: <http://www.genevadeclaration.org/news/news-2014.html> [Acedido em 20 Maio 2014].
- GD, Geneva Declaration on Armed Violence and Development, s.d. b. *MDGs by Goal and Relationship with Armed Violence*. [Online] Available at: <http://www.genevadeclaration.org/advocacy/mdg-review-process/call-for->

[action.html](#)

[Acedido em 15 Março 2014].

GD, Geneva Declaration on Armed Violence and Development, s.d. d. *MDGs and post-2015 Development Agenda*. [Online]

Available at: <http://www.genevadeclaration.org/advocacy/mdg-review-process.html>

[Acedido em Fevereiro 2014].

GD, Geneva Declaration Secretariat, s.d. a. *What is the Declaration?*. [Online]

Available at: <http://www.genevadeclaration.org/the-geneva-declaration/what-is-the-declaration.html>

[Acedido em Fevereiro 2014].

GD, Geneva Declaration Secretariat, s.d. c. *How Does It Work?*. [Online]

Available at: <http://www.genevadeclaration.org/the-geneva-declaration/how-does-it-work.html>

[Acedido em Fevereiro 2014].

Gerber, M., 2014. *Conflict prevention, post-conflict peacebuilding and promotion of durable peace, rule of law and governance Statement on behalf of France, Germany and Switzerland Delivered by Ambassador Michael Gerber, Switzerland*. New York, Open Working Group.

Gilgen, E. & Tracey, L., 2011. *Contributing Evidence to Programming: Armed Violence Monitoring Systems*. Genebra: Geneva Declaration Secretariat.

Green, D., Hale, S. & Lockwood, M., 2012. *How can a post-2015 agreement drive real change? Revised Edition - The political Economy of Global Commitments*, United Kingdom: Oxfam.

Grieger, G., 2013. *The "New Deal" for engagement in fragile states*. Brussels: Library of the European Parliament, European Union.

GTF, Global Task Force of Local and Regional Governments for post-2015 Development Agenda, 2014. *Contribution of Local and Regional Governments to the OWG8 New York, 3-7 February 2014*. New York, Open Working Group.

Held, D. & McGrew, A., 2003. The Great Globalization Debate. In: D. Held & A. McGrew, edits. *The Global Transformations Reader - An Introduction to the Globalization Debate*. Cambridge: Polity Press, pp. 1-50.

IDPS, International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding, 2013a. *Peacebuilding and Statebuilding Indicators - Progress, Interim List and next steps*, Washington, D.C.: IDPS.

IDPS, International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding, 2010. *Dili Declaration - A new vision for peacebuilding and statebuilding*. Dili, IDPS.

IDPS, International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding, 2013b. *The New Deal: Achieving Better Results and Shaping the Global Agenda - The Washington Communiqué on Peacebuilding and Statebuilding*. Washington, D.C, International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding.

IDPS, International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding, s.d. *Origins of the International Dialogue*. [Online]

Available at: <http://www.pbsbdialogue.org/about/origins/>

[Acedido em 2 Maio 2014].

- IDPS, International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding, 2012. *Progress Report on Fragility Assessments and Indicators*, s.l.: s.n.
- INCAF, International Network for Conflict and Fragility, s.d. *Breaking Cycles of Violence - Key Issues In Armed Violence Reduction*. Paris: OCDE.
- IPB, International Peace Beureau, 2014. *Move the Money! Disarm to Develop! Military Spending and the UN Post-2015 Development Agenda*. New York, Open Working Group.
- Jeong, H.-W., 2008. *Understanding conflict and conflict analysis*. United Kingdom: Sage Publications LTD.
- Jolly, R. & Ray, D. B., 2006. *The Human Security Framework and National - Human Development Reports: A Review of Experiences and Current Debates*, New York: UNDP, United Nations Development Programme.
- Kaldor, M., 1999. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity Press.
- Krause, K., 1996. *Critical Theory and Security Studies*. Geneva: Graduate Institute of International Studies.
- Krause, K., 2001. *Norm-building in Security Spaces: The emergence of the light weapons problematic*. Quebec: Dépôt légal-Bibliothèque nationale du Québec.
- Lewis, W. A., 1955. *The Theory of Economic Growth*. s.l.:George Allen e Unwin.
- Lloyd, A., 2001. Human Security and Global Governance: Putting People First. *Global Governance*, pp. 19-23.
- Locke, R. & Wyeth, V., 2012. Busan and Beyond: Implementing the "New Deal" for Fragile States. *International Peace Institute*, July, pp. 1-10.
- McCandless, E. & Karbo, T., 2011. *Peace, conflict and Development in Africa: a Reader*, Switzerland: University for Peace.
- Melamed, C., 2012. *Post-2015: the road ahead*, United Kingdom: UKaid.
- Melamed, C. & Sumner, A., 2011. *A Post-2015 Global Development Agreement: why, what, who?*. Cairo, PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Menkhaus, K., 2004. *Impact Assessment in Post-conflict Peacebuilding - Challenges and Future Directions*. Genebra: Interpeace.
- Mölling, C., 2008. Comprehensive Approaches to International Crisis Management. *Center for Security Studies Analyses in Security Policy - Vol. 3, No. 42*, Outubro, pp. 1-3.
- Morgenthau, H., 1993. A Realist Theory of International Politics. In: *Politics among Nations - The struggle for power and Peace*. United States of America: McGraw-Hill companies, Inc., pp. 3-17.
- Mugelezulu, O., 2014. *Statement Delivered By Mr. Owen Mugelezulu, Director for the Department of Planning and Information, Ministry of Home Affairs on the Theme: Conflict Prevention, Pos-conflict Peacebuilding and the promotion of Durable Peace, Rule of Law and Governance at t*. New York, Open Working Group.
- NATO, North Atlantic Treaty Organization, s.d. A "Comprehensive Approach" to crisis management. [Online]
Available at: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_51633.htm
[Acedido em 2 Maio 2014].

- New Deal, New Deal - Building Peaceful States, 2014. *The New Deal Roadmap & Snapshot*. [Online] Available at: <http://www.newdeal4peace.org/> [Acedido em 2 Maio 2014].
- Newman, E., 2010. Critical human security studies. *Review of International Studies*, Vol. 36, pp. 77-94.
- OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2005. *Declaração de Paris sobre a eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento - Apropriação, Harmonização, Alinhamento, Resultados e Responsabilidade Mútua*. Paris: IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.
- OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2009. *Conflict and Fragility - Armed Violence Reduction, Enabling Development*, Paris: OCDE.
- OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2010. *DAC Statistical Reporting Directives*, Paris: OCDE.
- OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2012a. *Fragile States 2013 :Resource flows and trends in a shifting world*, s.l.: OCDE.
- OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2012b. *Think Global, Act Global: Confronting global factors that influence conflict and fragility*, Paris: OCDE.
- OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2012c. *Evaluating Peacebuilding Activities in Settings of Conflict and Fragility: Improving Learning for Results, DAC Guidelines and References Series*, Paris: OCDE.
- OCDE, O. p. a. C. e. D. E., 2014. *Fragile States 2014: Domestic Revenue Mobilisation in Fragile States*, Paris: OCDE.
- OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, s.d. *Breaking Cycles of Violence: Key Issues in Armed Violence Reduction*. Paris: OECD.
- ONU, Organização das Nações Unidas, 2000. *Nações Unidas - Declaração do Milénio*. Nova Iorque, United Nations Information Centre, Lisbon.
- ONU, Organização das Nações Unidas, 2012. *Resolution adopted by the General Assembly on 27 July 2012*. [Online] Available at: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A%20/RES/66/288&Lang=E [Acedido em 20 Julho 2014].
- ONU, Organização das Nações Unidas, s.d. *We can end Poverty, 2015 Millenium Development Goals - A Gateway to the UN System's Work on the MDG*. [Online] Available at: <http://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml> [Acedido em 14 Junho 2013].
- OWG, Open Working Group, 2014a. *General Assembly Open Working Group on Sustainable Development Goals - Eighth Session, 3-7 February 2014, UNHQ*. New York, OWG.
- OWG, Open Working Group, 2014b. *Introduction to the Proposal of The Open Working Group for Sustainable Development Goals*. New York, OWG.
- PBSO, United Nations Peacebuilding Support Office, 2012a. *United Nations Peacebuilding Support Office (PBSO) Strategy 2012-2013*. s.l.:UN PBSO.

- PBSO, United Nations Peacebuilding Support Office, 2012b. *2012 Annual Report*, New York: United Nations.
- PBSO, United Nations Peacebuilding Support Office, s.d. *Partnerships*. [Online] Available at: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/partners.shtml> [Acedido em 20 Abril 2014].
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013c. *Human Development Report 2013 - The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World*, New York: PNUD.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1990. *Human Development Report 1990*, New York: Oxford University Press.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1994. *Human Development Report - New dimensions of human security*, New York: Oxford University Press.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013a. *National Implementation Capacities and Use of Country Systems*. [Online] Available at: http://www.undp.org/content/undp/en/home/ourwork/capacitybuilding/focus_areas/focus_areas_details2/ [Acedido em 13 Novembro 2013].
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013b. *Preventing Crisis, Enabling Recovering: a Review of UNDP's Work in Conflict and Disaster-Affected Countries: 2012*, New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- PNUD, T. B. o. C. P. a. R., 2010. *Weapons Risk Mitigation and Mainstreaming Mine Action and Small Arms and Light Weapons Control*, New York: PNUD.
- QUNO, Quaker United Nations Office, 2007-2008. The Geneva Declaration Process: Linking Armed Violence Reduction and Development. *Briefing Paper Quaker United Nations Office, Vol. 27, No. 1*, November-January.
- QUNO, Quaker United Nations Office, 2013. *Timeline - October, 2013: QUNO briefs New York meeting of Geneva Declaration core group on post-2015 issues*. [Online] Available at: <http://www.quno.org/timeline/2013/10/quno-briefs-new-york-meeting-geneva-declaration-core-group-post-2015-issues> [Acedido em 3 Maio 2014].
- QUNO, Quaker United Nations Office, s.d. a. *Areas of Work - Peacebuilding and Prevention of Armed Conflict*. [Online] Available at: <http://www.quno.org/areas-of-work/peacebuilding-prevention-violent-conflict> [Acedido em 10 Maio 2014].
- QUNO, Quaker United Nations Office, s.d. b. *Areas of Work: Armed Violence and Development*. [Online] Available at: <http://www.quno.org/areas-of-work/armed-violence-and-development> [Acedido em 10 Maio 2014].
- Roberts, J., 2005. The Millennium Project: A Sound Strategy for Reaching the MDGs?. *Overseas Development Institute (ODI)*, Fevereiro.
- Rostow, W. W., 1960. *The Stages of Economic Growth*. Third ed. s.l.:Cambridge University Press.

- SC, General Assembly of Security Council, 2010. *Progress report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict*, s.l.: United Nations.
- Sen, A., 1988. The concept of development. In: *Handbook of Development Economics*, vol. I. 5^a ed. s.l.:Elsevier, pp. 9-24.
- Sen, A., 1999. *Development as Freedom*. 1^a ed. New York: Oxford University Press.
- Shehadi, K. S., 1993. Ethnic self-determination and the break-up of states. *Adelphi*, Dezembro, pp. 3-90.
- Sirleaf, E. J., 2012. *Remarks by H.E. President Ellen Johnson Sirleaf on the High-Level Forum of g7+ Group of Fragile and Conflict-Affected States*. s.l., s.n.
- Small Arms Survey, 2013. *Insecurity and violence in the post-2015 development agenda*. Geneva: Small Arms Survey.
- Smith, A., 2005. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of Nations*. Pennsylvania: Electronic Classics Series.
- Stern, M. & Öjendal, J., 2010. Mapping the Security–Development Nexus: Conflict, Complexity, Cacophony, Convergence?. *Security Dialogue* vol. 41, no. 1, February, pp. 5-29.
- Sumner, A. & Tiwari, M., 2010. *Global Poverty Reduction to 2015 and Beyond: What has been the Impact of the MDGs and What are the Options for a post-2015 framework?*, Brighton: Institute of Development Studies at University of Sussex.
- Szirmai, A., 2005. *The Dynamics of Socio-Economic Development: An Introduction*. New York: Cambridge University Press.
- Tadjbakhsh, S., 2005. Human Security: Concepts and Implications - with an Application to Post-Intervention Challenges in Afghanistan. *Les Études du CERI - Centre d'études et de recherches internationales, Science Po*, Setembro, pp. 1-77.
- Tomlinson, A. (., 2014. *Remarks for the Eighth session of the Open Working Group on Sustainable Development Goals, in the co-chairs discussion on 'Conflict prevention, post-conflict peacebuilding and the promotion of durable peace, rule of law and governance*. Geneva, QUNO.
- UNDESA, United Nations Department on Economic and Social Affairs, Department for Sustainable Development, 2013. *Open Working Group on Sustainable Development Goals*. [Online]
Available at: <http://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1549>
[Acedido em 20 Maio 2014].
- UNDESA, United Nations Department on Economic and Social Affairs, Department for Sustainable Development, 2014. *Sustainable Development Knowledge Platform - Post-2015 Process*. [Online]
Available at: <http://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1561>
[Acedido em 20 Março 2014].
- UN, High-Level Panel of Eminent Persons on The Pos-2015 Development Agenda , 2013. *A New Global Partnership: Eradicate Poverty and Transform Economies Through Sustainable Development*, New York: United Nations.

- UN, Human Security Unit Office for Coordination of Humanitarian Affairs for United Nations, 2009. *Human Security in Theory and Practice: Application of the Human Security Concept and the United Nations Trust Fund for Human Security*. New York: United Nations.
- UNREC, United Nations Regional Centre for Peace and Development, AU, African Union & PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2004. *Promoting transparency in the flows of small arms and light weapons in Africa*, Bamako, Mali: ONU.
- UNRIC, United Nations Regional Information Centre, 2013. *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*. [Online] Available at: <https://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade> [Acedido em 22 Outubro 2013].
- UNSTT, United Nations System Task Team on Post-2015 UN Development Agenda, 2012. *Peace and Security - Thematic Think Piece, PBSO*, s.l.: UN System Task Team.
- UN, United Nations, 2012. *The Millenium Development Report 2012*, New York: ONU.
- Vandemoortele, J., 2009. *Taking MDGs beyond 2015: hasten slowly*. Brussels: s.n.
- Vandemoortele, J., 2012. *Advancing the UN development agenda post-2015: some practical sugestions*. Bruges, Belgium: s.n.
- Waltz, K., 1990. Nuclear Myths and Political Realities. *American Political Science Review*, Vol. 84, No. 3, September, pp. 732-745.
- WB, World Bank, 2008. *News and Broadcast - Fragile States: Securing Development*. [Online] Available at: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21898896~pagePK:34370~piPK:42770~theSitePK:4607,00.html> [Acedido em Março 2014].
- WB, World Bank, 2011. *World Development Report Overview: Conflict, Security, and Development*, Washington, D.C.: The World Bank.
- WHO, World Health Organization, 2008. *Preventing violence and reducing its impact: how development agencies can help*, Geneva: World Health Organization.
- Yongsoo, L., 2014. *Statement by Minister Counsellor LEE Yongsoo, For the 8th Session of the SDGs OWG Friday, 7 February 2014, New York*. New York, Open Working Group.

Anexos

Anexo A: Análise Sistemática do conteúdo das unidades de análise

	Categorias	Dimensão Política				Dimensão Técnica	
		Abordagem à ligação: reativa	Abordagem à ligação: preventiva	Abordagem à eventual inclusão do tema na agenda: direta	Abordagem à eventual inclusão do tema na agenda: mediada	Avaliação/Mensurabilidade	Sistemas de Monitorização/Dados Estatísticos
	Documentos						
Organizações da sociedade civil	A	10	7	1	0	5	1
	B	14	10	2	0	3	0
	C	1	9	0	6	2	1
Países Doadores (República da Coreia, Alemanha/França/Suíça, e Austrália, Reino Unido e Países Baixos)	D	1	1	0	7	3	1
	E	9	10	0	11	5	3
	F	6	9	0	10	4	4
Países Recetores (Timor-Leste, Ruanda e Zâmbia)	G	8	12	0	5	2	0
	H	8	9	0	0	1	0
	I	4	8	1	5	2	0

Quadro 3: Unidades de análise (autoria da própria) – 1º quadro dos Anexos.

No quadro acima é analisado, de forma sistemática, o material empírico constituído pelos documentos referentes às intervenções dos participantes da 8ª sessão de trabalhos do OWG sobre o tema “*Conflict Prevention, Post-Conflict Peacebuilding Promotion of Durable Peace, Rule of Law and Governance*”. As letras A-I representam cada um desses documentos, cuja descrição completa figura no Quadro 1, na secção onde é explicada a metodologia seguida. Os resultados da análise são apresentados na forma de números e dizem respeito à frequência com que cada categoria é referida em cada documento.

Anexo B: Citações justificativas da análise sistemática do conteúdo das unidades de análise

A)

1.

“First, *violence is a fundamental dimension of human suffering.*”

“Violence is a part of everyday life for hundreds of millions of children, women and men on a daily basis [...]”

“As integral a part of the human experience as hunger and sickness.”

“Violence is universal, and darkens lives in rich societies as well.”

“ [...] violence cannot be addressed without engaging with its roots [...]”

“Secondly, *we cannot eradicate extreme poverty without addressing violence and instability.*”

“the evidence from countries affected by chronic violence and instability, the countries that now form the heart of the development enterprise, is that we cannot achieve conventional development objectives without addressing the fabric of society”

“ [...] better manage internal and external stresses [...]”

“ [...] address the needs of the vulnerable face of climate change and disaster [...]”

“ [...] addressing inequalities and exclusion, are not side issues: they are key building blocks [...]”

2.

“What kind of society do we want to live in?” And almost universally, the answer is – “a peaceful one”.

“ [...] without fostering stronger institutions, better governance, inclusion and people’s safety and justice, as well as providing livelihoods and dignity.”

“We have to help fix the bucket, to find ways of helping societies build the capacity to become more resistant to violence and instability.”

“Thirdly, *peace and stability are the road to resilience* [...]”

“ [...] a key goal is to help build stronger societies [...]”

“Better, and more inclusive governance and decision making, stronger institutions [...]”

“ [...] resilience that will help societies achieve ALL development goals.”

3.

“*we believe that there should be a standalone goal for peace and stability* [...]”

4.

-

5.

“ [...] framework of goals and targets and indicators?”

“Measuring peace, rule of law and governance is both feasible and necessary to guarantee the achievement of all development goals”.

“[...] the experts seem confident that *peace can be measured* [...]”

“[...] meaningful targets and indicators exist or can be created.”

“[...] targets that will be mainstreamed throughout all the goals.”

6.

“[...] to the recently released statistical note for the Technical Support Team issue brief on “Conflict Prevention, Post Conflict Peacebuilding and the Promotion of Durable Peace, Rule of Law and Governance”

B)

1.

“Disarm to Develop!”

“[...] possibilities to “ save succeeding generations from the scourge of war”.”

“[...] arms races, spending more on armament than they need and can afford.”

“[...] process of militarization [...]”

“[...] corruption.”

“[...] we need to address the root-causes of conflicts, not only the symptoms.”

“[...] new challenges to the UN that may necessitate a broadening of both international laws and regulations and the relevant institutions.”

“[...] conflict resolution [...]”

“[...] reversal of climate change [...]”

“Halve the number of incidents of armed conflicts and civilian and military casualties in armed violence”

“Establish urgently a new legal instrument prohibiting nuclear weapons”

“Stop all production, modernization and proliferation of nuclear arms and other arms of mass destruction, and close down and dismantle nuclear weapons production plants and military bases with nuclear facilities.”

“Study seriously and independently the relations between nuclear energy and nuclear arms and the risks for the health and survival of people and the planet.”

“Strengthen the conflict resolution capacities of the UN toward the reduction of armed violence and the ultimate elimination of war, the fundamental purpose of the UN.”

2.

“[...] obtaining human security and a culture of peace.”

“Peace and disarmament is becoming a question of survival for people and for the planet. Recognize peace and good governance as core elements of wellbeing.”

“Reduce excessive and destructive arms production and convert to civil production.”

<p>“Work actively towards general and complete disarmament under international control.”</p> <p>“Reduce the availability of weapons and ratify and implement the Arms Trade Treaty.”</p> <p>“Reduce military spending by promoting and nurturing trust among countries and people.”</p> <p>“Urge full reporting by all countries on their military expenditures and international arms transfers to the relevant UN transparency instruments.”</p> <p>“Intensify independent research on how to get rid of waste from the nuclear arms industry and nuclear energy plants, and provide the public with correct information of the dangers.”</p> <p>“Develop a global ethical code of conduct for scientists that would halt research that is to the detriment of humanity and the planet.”</p> <p>“Ensure full gender equality in all decisions making bodies on international, national and local levels dealing with peace, security and handling of conflict.”</p> <p>3.</p> <p>“[...] need for a qualitative and transformative goal on peace.”</p> <p>“Goal: ENSURE JUST AND PEACEFUL SOCIETIES.”</p> <p>4.</p> <p>-</p> <p>5.</p> <p>“Targets and indicators on peace and disarmament for development need further discussion.”</p> <p>“Target “</p> <p>“Preliminary Indicators”</p> <p>6.</p> <p>-</p>
<p>C)</p> <p>1.</p> <p>“Violence reduction”</p> <p>2.</p> <p>“[...] promotion of peace, the rule of law and good governance as core components of the Post-2015 Agenda.”</p> <p>“[...] build peaceful and fairer societies for all.”</p> <p>“[...] importance of freedom, peace and security, respect for all human rights, including gender equality, and acknowledges ‘democracy, good governance and the rule of law (...) as essential for sustainable development’..., the world ‘needs institutions <i>at all levels</i> that are effective, transparent, accountable and democratic’. Safety, transparent, accountable and effective public institutions, and civil society participation, are all interrelated with sustainable development, local democracy and decentralization effective approaches to governance in response to people’s demands for democracy,</p>

as well as to regional conflicts.”

“Developing solid intergovernmental relations and appropriate governance [...]”

“Participation and good local governance are cornerstones for the progress of local democracy.”

“[...] ensuring inclusive, transparent, accountable, democratic and rights based institutions.”

“[...] participation of women and other vulnerable groups in local institutions, both through traditional forms of public consultation and innovative forms of participation.”

“Transparency”

“Intercultural dialogue and the recognition of and respect for cultural diversity forge more inclusive, stable and resilient societies.”

3.

-

4.

“[...] to build peaceful and fairer societies for all.”

“[...] local governance involves intensive interaction with citizens that is crucial for sustainable peace.”

“Violence and safety are also growing problems in many urban areas. Urbanization creates a need for innovative mechanisms to govern and serve urban areas that are growing in size, complexity and number.”

“It is therefore essential that sub-national governments strengthen their resilience to both prevent conflicts and promote peace in the aftermath of crisis and disasters.”

“The role of adequate decentralization and local governance in securing peace in conflict-afflicted areas⁴ should be further acknowledged.”

“[...] monitoring of governance targets also needs to be undertaken by all levels of government, including by local and regional governments.”

5.

“[...] commitments, supported by measurable and disaggregated indicators in all related [...]”

“[...] goals and targets.”

6

“Improving the freedom of information and access to government data at all levels of government, as well as the disaggregation of indicators and sub-national data collection, is imperative.”

D)

1.

“Violence and weak institutions result in development reversal.”

2.

“[...] testifies that sustained peace, strengthened rule of law, and good governance can bring about development gains”

3.

-

4.

“[...] comments on peace, rule of law, and governance.”

“[...] peace, rule of law, and good governance are not only inter-related but also mutually-reinforcing foundations of sustainable development.”

“They are indeed critical enablers of sustainable development.”

“Proposals for including peace, rule of law, and good governance in the post-2015 development agenda.”

“We are open to including them as stand-alone goals, as recommended by the High-level Panel of Eminent Persons, or mainstreaming them into other goals.”

“[...] peace, rule of law, and good governance must be highlighted as core elements of the post-2015 agenda.”

“[...] mainstreaming them into other goals [...]”

5.

“[...] including them as stand-alone goals”

“Targets and indicators should be effective, concrete, and measurable.”

“[...] mainstreaming them into other goals.”

6.

“Guarantee public access to government data to ensure accountability and transparency.”

E)

1.

“Conflict, violence and fragile situations as well as natural disasters undermine development prospects and lead to impoverishment.”

“[...] they are often rooted in development deficits”

“[...] lack of social justice, impunity, exclusion, poverty as well as lack of protection and mismanagement of the natural resources base.”

“By 2015, more than 50 per cent of the global population living in extreme poverty will reside in places affected by conflict and/or chronic violence.”

“Fragile and conflict affected states still seriously lag behind on most MDGs. For every year a country is affected by major violence, poverty reduction lags significantly behind.”

“[...] tackle root causes of poverty and vulnerability, the main obstacles to sustainable development

[...]"

"[...] combating violence [...]"

"[...] address sources of recurring violence [...]"

"[...] address tensions and grievances."

2.

"[...] interlinkages between peace, safe societies, governance, and respect for the rule of law with all three dimensions of sustainable development."

"Peace and Governance have repeatedly been identified as top priorities for sustainable development."

"[...] furthering social justice and inclusion and thereby strengthening resilience of societies."

"[...] address aspects of peace and safe societies [...]"

"[...] personal safety and freedom of people, including combating violence [...]"

"a safe and secure environment [...] without fear."

"[...] women do not fear to go and fetch water even if it is a long distance from their community."

"A world in which investment is not hindered out of fear of violence and volatile situations."

"A world in which natural resources that ensure people's livelihoods are not being polluted, destroyed or simply not taken care of due to conflict or a lack of appropriate and functional institutions."

"Inclusive, accountable and effective institutions are important aspects of dealing with the past and preventing countries relapsing into conflict or violence."

3.

-

4.

"[...] highlight the many interlinkages between peace, safe societies, governance, and respect for the rule of law with all three dimensions of sustainable development."

"These interlinkages are also recognised in Rio Principle 25."

"Peace and Governance have repeatedly been identified as top priorities for sustainable development, whether it be by the citizens of the world in the global consultations [...]"

"[...] development efforts, are most effective when channeled through national and local institutions that act in accordance with the principles of governance, peacebuilding and statebuilding, and promote civil society participation through inclusive political and negotiation processes."

"The rule of law provides a framework that underlies the social contract between people and public authorities, ensuring that the country's resources are channeled toward shared prosperity"

"[...] commercial relations for economic growth must also be considered."

"[...] the MDG agenda did not incorporate important central aspects of peace, safe societies, governance and the rule of law."

“[...] the Post-2015 agenda should prominently reflect these issues [...]”

“[...] reduction of violence; restoring trust in public institutions to protect people and resolve conflicts peacefully; increasing disaster risk management capacities.”

“[...] address global governance challenges linked to addressing issues such as organized crime, proliferation of arms, illicit financial flows, tax evasion and tax flight, and governance of natural resources.”

“[...] possible to include peace, safe societies, governance and the rule of law in a goal framework.”

5.

“[...] include targets on...”

“what can be measured gets done”.

“[...] methods of measurement [...]”

“[...] progress towards building peace and safe societies as well as rule of law and governance should and can be measured.”

“[...] finding goals, targets and indicators for measuring progress on building peace and safe societies as well as improvement in good governance is possible and already ongoing at various levels.”

6.

“[...] improvements in data availability and methods of measurement in the fields of governance, the rule of law, fragility, violence [...]”

“Basic standard methodologies [...]”

“[...] data collection methods are available and are being used.”

F)

1.

“Because of violent conflict, aid has long been volatile in too many countries.”

“[...] violence is one of the greatest obstacles for the achievement of the MDGs.”

“By 2015, more than 50% of the world’s poor are likely to live in conflict affected and fragile situations [...]”

“Over half a million violent deaths occur annually [...]”

“The findings of the MYWorld survey confirm that ‘freedom from crime and violence’ was in the top seven of the priorities listed by people globally.”

“[...] illicit flows of arms, drugs, finance, natural resources and human trafficking where the international community has a clear responsibility.”

2.

“[...] from violence and exclusion.”

“The Millennium Declaration, the Rio+20 Outcome Document and the Outcome Document of the

Special Event on the MDGs stress the importance of peace and the rule of law.”

“Similarly, we know that sustainable development and the eradication of poverty are not possible without building peaceful and resilient states and societies.”

“We must now come together to agree a new global action plan to eradicate poverty, increase voice and wellbeing, and ensure safety and justice for all.”

“Both the UN and the World Bank agree that durable peace is a critical condition for sustainable development”

“Personal safety for individuals is a priority for everyone around the world [...]”

“This also holds for capacity building and accountability in the police and security forces [...]”

“[...] freedom of speech, association and peaceful protest [...]”

“States retain their sovereign prerogatives to ensure peace and stability within their borders.”

3.

-

4.

“The Millennium Declaration, the Rio+20 Outcome Document and the Outcome Document of the Special Event on the MDGs stress the importance of peace and the rule of law.”

“Donors and International institutions have to commit long term, stay the course and help countries deliver safety, justice and jobs through effective and accountable institutions.”

“We endorse the recommendations of the High Level Panel of Eminent Persons, published in May last year, for separate goals on good governance with effective, open and accountable institutions for all, and building peaceful societies.”

“[...] we must recognise that durable peace and good governance are intrinsically valuable outcomes in themselves as well as essential for growth and development.”

“[...] the post-2015 development framework should include goals and targets on governance and the rule of law, peace, stability and justice for all.”

“People want to be able to speak out without fear [...]”

“[...] accessibility and independence of security and justice institutions [...]”

“These are integral to eradicating poverty in a sustainable way [...]”

“There is global recognition that peace and inclusive and effective institutions are development outcomes [...]”

“They are important goals in their own right and will help us eradicate poverty and achieve sustainable development.”

5.

“Goals and targets for building peaceful societies can be measured.”

“Formulating tangible goals and targets will rally the international community.”

“[...] objective measures can be complemented by baskets of perception-based indicators, providing a more direct measure of outcomes.”

“We want to see goals and targets on governance and the rule of law, peace, safety and justice for all.”

6.

“Experts at UN Statistics have confirmed the value of subjective indicators as a measure of governance.”

“In the statistical note for this OWG debate experts conclude that measuring progress for building institutions and ensuring peaceful societies is feasible.”

“The key challenge is ensuring data sources are widely trusted, and that governments have the skills to gather a range of reliable data to track progress.”

“More work is required on collecting disaggregated data that can be used to measure girls’ and women’s progress on access to justice, safety and voice.”

G)

1.

“The absence of peace has been the greatest obstacle to achieving the Millennium Development Goals. Progress in MDG achievement has been slowest in settings of conflict and fragility.”

“There is little contention that freedom from fear, violence, and conflict are essential foundations for eradicating poverty [...]”

“[...] conflict and vulnerability finds fertile ground in the very development challenges we are trying to tackle.”

“[...] youth unemployment, inequality, sub-standard service delivery, lack of food security and the ineffective management of natural resources.”

“[...] political crisis in the country, and ensuing insecurity.”

“[...] poverty rates had doubled in some areas, and overall poverty had increased by 15 per cent.”

“[...] people living in settings of conflict and fragility; they are among the poorest, most vulnerable and most in need.”

“[...] they will not be able to achieve their aspiration without first ending violence and building effective state capacity to deliver essential services.”

2.

“Resilient societies are peaceful societies.”

“Resilience and peace are central to eradicating poverty, and achieving sustainable and inclusive development.”

“The Rio +20 outcome document reaffirmed “the importance of freedom, peace and security, respect for all human rights, including the right to development and the right to an adequate standard of living, including the right to food, the rule of law, gender equality and women’s empowerment and the overall commitment to just and democratic societies for development.”

“[...] peace, development and environmental protection are interdependent and indivisible.”

“[...] there can be no development without peace, and there can be no peace without development.”

“Peace is not merely the absence of violence or conflict. It is a condition that enables people to prosper socially, economically and environmentally.”

“[...] ensuring equality, resilience and strengthening the social contract between governments and their people.”

“[...] establish the conditions for our people to have access to decent jobs and basic services, including water, sanitation, education and health care.”

“We want to live in harmony with our natural environment.”

“[...] we must have peace [...]”

“[...] we are still a long way from achieving lasting peace – and thus sustainable development.”

“[...] the linkages between peace, development and the eradication of poverty.”

3.

-

4.

“[...] we must have peace and effective state institutions based on the rule of law.”

“[...] separate illustrative goals on good governance and effective institutions, as well as ensuring stable and peaceful societies.”

“These issues truly are universal and critical to eradicating poverty for those in the most vulnerable situations.”

“If our aspiration is to eradicate poverty and develop prosperous societies, we need to recognize the nexus between peace, stability and the development of inclusive state institutions.”

“Timor-Leste support Sustainable Development Goals (SDGs) and targets on governance and the rule of law, and peace and stability.”

5.

“We continue to measure progress and coordinate the support of our international partners.”

“Our collective learning from the MDGs has shown us the value of nationally relevant targets and indicators when coupled with global goals.”

6.

-

H)

1.

“[...] managing conflicts and rather invest in their prevention.”

“We need to work collectively to prevent a repeat of the atrocities plaguing recent conflicts [...]”

“[...] overcome the root causes of conflicts.”

“[...] overcoming ethnic divisions.”

“[...] skills, mechanisms and institutions that address the root causes of conflict [...]”

“[...] addressing the underlying causes of conflict, including racism, the dehumanization of minorities, tyranny, poverty, inequality, youth unemployment and competition for scarce resources.”

“At the international level, member states have to redouble their political will and all players concerned in both the private and public sectors, civil society should intervene in the sidelines to create a mechanism of quick intervention in the case of mass atrocities.”

“[...] it is high time we proceed in implementing practical approaches to end violence [...]”

2.

“[...] successful in restoring trust in state institutions, engaging Rwandans in the reconstruction of sustainable reconciliation, building a competitive economy development and restorative justice [...]”

“Preventing conflicts is possible [...]”

“[...] setting up and running public systems, preventing any acts of revenge, ensuring safety and security of all people and their property; securing streets and borders, settling and reintegration of the returning displaced persons, ensuring that all the wounded and the sick get medical attention, arrest of perpetrators, guaranteeing their safety and ensuring Justice.”

“[...] develop a culture of conflict prevention”

“[...] reconciliation tool and path towards building sustainable unity.”

“[...] to have a nation built on trust and it is based on having open dialogue, telling the truth, repentance, forgiveness and healing to strengthen the culture of accountability as well as unity and reconciliation.”

“[...] the development of strong institutions [...]”

“[...] establish the foundations of good governance based on the rule of law, democratic principles and values, and accountability is a necessary step in building societies resilient to atrocity crimes, and the promotion of Human dignity.”

“[...] increase personal safety and promote strong, effective and accountable institutions.”

3.

-

4.

-

5.

“These should be embedded in the targets of the post-2015 agenda.”

6.

-

D)

1.

“The treat of interstate war, while less frequent in our times, continues to be a source of concern.”

“Armed conflicts are increasingly being fought within rather between states.”

“With technological advances and the proliferation of weaponry, if present trends on civilian continue, the future promises wars that will be more horrendous and will exact much heavier toll on civilians.”

“The security of people from both violent and non-violent threats [...]”

2.

“The pursuit of lasting peace and an end to conflict has become, together with sustainable development, a global imperative.”

“Meeting the basic needs of the poor communities holds the promise of eliminating many of the types of situations which favor the outbreak of conflict.”

“The idea of peace forms an integral part of the idea of sustainable development.”

“The promotion of peace, which is a precondition to sustainable development should not mean only the absence of war. It must include the absence of threat of war.”

“The avoidance of war - securing peace between and among states – remains a necessary condition for the security of people.”

“Sustainable development needs sustainable peace and sustainable peace involves the commitment to, or general consensus on, certain values that reject violence as a way of settling dispute.”

“Together, peace and sustainable development can be realized only within the context of specific communities, working towards specific goals.”

“Further efforts are being made to contribute to post conflict peace building and the promotion of durable peace.”

3.

“SADC remains committed to its conflict prevention strategies [...]”

4.

“On the issue of the rule of law [...] helps to ensure stability [...]”

“These processes, if they operate with consistency, fairness and on a non-discriminatory basis, help to spur growth and create a safe and secure environment.”

“The need to incorporate the rule of law across development goals, through rule of law specific targets and indicators in support of other goals is crucial to the post-2015 process.”

“Good governance promotes accountability, transparency, efficiency and Rule of Law in public institutions at all levels.”

“Moreover, under good governance, there are clear decision making procedures at the level of public authorities, civil society participation in decision-making processes [...]”

5.

“All goals and targets agreed must bear this fact and be realistic to country specific challenges [...]”

“To reiterate the need for Sustainable Development Goals to be formulated and adopted [...]”

6.

-

Quadro 4: Citações referentes à análise sistemática do conteúdo das unidades de análise.

No quadro acima são expostas citações retiradas dos documentos selecionados da oitava sessão do OWG - e analisados neste trabalho -, como forma de justificar o número de referências encontradas para cada categoria. As letras A-I representam os documentos e os números 1-6 referem-se, respetivamente, a cada uma das categorias, ambos explicitados na secção da Metodologia.